



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - PEC 171/93 - MAIORIDADE PENAL			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 0916/15	DATA: 17/06/2015	
LOCAL: Plenário 6 das Comissões	INÍCIO: 14h43min	TÉRMINO: 19h12min	PÁGINAS: 113

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO

Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 171-A, de 1993, do Sr. Benedito Domingos e outros, que "altera a redação do art. 228 da Constituição Federal" (imputabilidade penal do maior de dezenove anos).

OBSERVAÇÕES

Há oradores não identificados em breves intervenções.
Houve intervenções ininteligíveis.
Houve intervenção inaudível.
Houve tumulto no plenário.
Houve manifestação no plenário.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Havendo número regimental, declaro aberta a 11^a reunião da Comissão Especial destinada a proferir parecer à PEC 171-A, de 1993, do Sr. Benedito Domingos e outros, e suas apensadas.

Vou solicitar aqui, primeiro, que os assessores que estão ocupando os lugares — nós temos Parlamentares ainda em pé —, por favor, deem lugar aos Parlamentares.

A Deputada Magda Mofatto não tem assento ainda. Peço aos assessores que, por favor, cedam os seus lugares nas primeiras fileiras às Sras. e aos Srs. Parlamentares.

Quero pedir a compreensão e a ajuda dos assessores dos Deputados e das Deputadas para que, por favor, contribuam com o silêncio, para que nós possamos desenvolver as atividades, aqui, normalmente.

Antes de iniciar os trabalhos, informo que as inscrições para a discussão da matéria feitas durante nossa última reunião estão mantidas, e a lista continua aberta e à disposição dos Parlamentares na mesa de apoio.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que desejarem se inscrever queiram fazê-lo até o início da discussão, quando serão encerradas, definitivamente, as inscrições, conforme o art. 171, *caput*, do nosso Regimento Interno.

(Não identificado) - V.Exa. pode repetir, Presidente, só para isso ficar um pouco mais claro?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Eu vou fazer, inclusive, a leitura.

(Não identificado) - Obrigado. Quem está na ordem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Nós estamos mantendo as inscrições para a discussão da matéria feitas durante a última reunião. Eu vou fazer a leitura de quem está inscrito desde a última reunião; quem porventura não se inscreveu poderá fazê-lo agora.

Estão inscritos para falar contrariamente os Deputados: Jutahy Junior, Osmar Terra, Margarida Salomão, Erika Kokay, Sérgio Vidigal, Darcísio Perondi, Glauber Braga, Maria do Rosário, Alessandro Molon, Leo de Brito, Bruno Covas, Adelmo Carneiro Leão, Arnaldo Jordy, Ivan Valente, Eliziane Gama, Weverton Rocha, Aliel Machado, Moema Gramacho e Marcos Reategui.



Estão inscritos para falar favoravelmente os Deputados: Delegado Waldir, João Rodrigues, Delegado Edson Moreira, Silas Freire, Sandes Júnior, Ronaldo Fonseca, Alberto Fraga, Delegado Éder Mauro, Fausto Pinato, Aluisio Mendes, Major Olimpio, Efraim Filho, Vitor Valim, João Campos, Keiko Ota, Jair Bolsonaro e Capitão Augusto.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Presidente, eu já me inscrevo, como Líder, pela Liderança, para falar quando do horário certo.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Presidente, da mesma forma, existe...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Eu vou pedir só 1 minuto, por favor, Deputado Glauber.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Pois, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Quem quer se inscrever para falar contra, por favor? (*Pausa.*) Ninguém?

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Bom...

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Deputado Darcísio Perondi, V.Exa. já está inscrito pela Liderança.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - O encaminhamento de Liderança está nesse critério?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Não, está no critério — já anotei — de aparte de Líder.

Há alguém mais para se inscrever para falar contra?

Eu informo aos Deputados que S.Exas. não precisam vir aqui à mesa, pois vamos fazer a chamada.

Para falar a favor, queiram fazer suas inscrições.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Eu estou inscrito, também, Presidente, para falar contra e queria que fosse agregado, então, o tempo de solicitação de Liderança ao tempo da minha defesa contrária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - O.k.

Quais são os Deputados ou Deputadas que querem se inscrever para falar contra? (*Pausa.*)



Deputado Eduardo Bolsonaro. Mais alguém para falar contra?

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - É para falar a favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Desculpe-me.

Convido os inscritos que quiserem falar a favor.

Está inscrito o Deputado Eduardo Bolsonaro, para falar a favor. (Pausa.)

Já pensou, Deputado Eduardo Bolsonaro?...

O SR. DEPUTADO EDUARDO BOLSONARO - Se eu não falar a favor, não volto para casa hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Quem são os Deputados que querem falar a favor? (Pausa.)

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Seria um milagre do Papa Francisco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Entre os Deputados e as Deputadas que quiserem falar a favor, há mais algum que queira se inscrever? (Pausa.) Deputado Odelmo Leão.

Para falar contra há mais alguém? (Pausa.) O.k.

O Deputado Odelmo Leão está inscrito para falar a favor.

Para falar usando o tempo de Líder já temos inscritos aqui: o Deputado Weverton Rocha, o Deputado Alessandro Molon, o Deputado Fausto Pinato, o Deputado Glauber Braga, o Deputado Arnaldo Jordy, o Deputado Chico Alencar, o Deputado Rogério Rosso, o Deputado Darcísio Perondi, o Deputado Efraim Filho.

Para falar pelo tempo destinado aos Líderes há mais alguém? (Pausa.) O.k.

Comunico, ainda, que até o presente momento apresentaram votos em separado os Deputados Alessandro Molon, Darcísio Perondi, Erika Kokay, Jutahy Junior, Sérgio Vidigal, Weverton Rocha e Margarida Salomão.

Há votos em separado em mesa? (Pausa.)

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Os votos em separado que foram entregues em mesa, Deputado Arnaldo Jordy, serão lidos no momento do tempo de discussão. Todos serão acatados.



A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente, até que momento nós podemos entregar o voto em separado: a qualquer momento ou agora?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - A qualquer momento.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Vou entregar, autenticado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - O.k.

Temos aqui um requerimento de retirada de pauta, de autoria do Deputado Alberto Fraga, com a seguinte redação: “*Sr. Presidente, nos termos do art. 117, caput, do Regimento Interno, requeiro a V.Exa. a retirada de pauta, da Ordem do Dia, da PEC nº 171.*”

Com a palavra o Deputado Alberto Fraga, para encaminhar a favor do requerimento, por até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, nós não temos que apreciar a ata da sessão anterior?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - O requerimento de retirada de pauta, no caso, tem que ser apreciado antes. Ele tem preferência.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Precede.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Deputado Alberto Fraga, V.Exa. tem até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nós sabemos como o Parlamento procede em matérias em que não haja convergência dos assuntos. Nós sempre respeitamos as opiniões contrárias, não procuramos desqualificar ou tampouco rotular aqueles que pensam de forma contrária, porque é assim que aprendi que deve ser a democracia.

No entanto, Sr. Presidente, como aqui as opiniões estão divididas, este requerimento serve até mesmo para a gente se precaver das estratégias protelatórias que sabemos que o Regimento, lamentavelmente, protege. A gente sabe que uma votação no plenário desta Casa, para se iniciar, leva no mínimo uma hora de discussão.

Então, Sr. Presidente, o objetivo desse requerimento, evidentemente, é para que se evitem os vários requerimentos que deverá haver no sentido de protelar essa questão.



Nós já temos dito, e eu repito, que essa matéria está há mais de 20 anos se arrastando — aliás, ela não se arrastava, estava engavetada. E quero dizer que a atitude corajosa do Presidente Eduardo Cunha deve ser levada em conta, até mesmo porque na democracia vence quem tem o voto.

Nós sabemos que o Governo está agindo. Agora, o Governo pode comprar quem quiser, mas não vai comprar a consciência de Parlamentares que sabem que essa proposta de emenda à Constituição vai trazer benefícios para a população.

Evidentemente, em momento oportuno, vou esclarecer alguns mitos que foram criados pelos ativistas e por aqueles que são contra essa medida.

Então, Sr. Presidente, não quero me alongar, aproveitando o meu tempo de 5 minutos, ou até mesmo me tornar prolixo neste assunto, pois, na verdade, a gente está apenas e tão-somente dando entrada em um requerimento para dar celeridade a esta reunião.

Parabenizo V.Exa. por ter tomado a iniciativa de realizar esta reunião, infelizmente proibindo a presença daqueles que não sabem conviver com as discordâncias de opinião e daqueles que acham que vão nos calar com ameaças, com força ou com qualquer tipo de atitude, pois estes não farão os Parlamentares mudarem de opinião.

Por isso, Sr. Presidente, o requerimento tem essa finalidade, e não estou aqui escondendo o propósito desse requerimento de retirada de pauta: é para prejudicar e evitar as protelações que o PT, o PSOL e outros partidos queiram fazer.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Eu que agradeço ao Deputado Alberto Fraga e questiono se algum Parlamentar quer encaminhar contra o requerimento. (*Pausa.*)

Deputada Maria do Rosário, V.Exa. tem até 5 minutos.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente, eu usarei aqui a palavra para falar em sentido contrário ao espírito do requerimento apresentado pelo Deputado Alberto Fraga.

O Deputado Alberto Fraga revela a esta Comissão que não pretende a retirada da matéria de pauta; o Deputado Alberto Fraga utilizou a palavra e revelou que se utiliza de um requerimento para impedir aqueles que têm uma posição



diferente da sua de verem apreciados os seus requerimentos contrários à votação dessa matéria com sinceridade. E sinceridade é fundamental na política, sinceridade nos argumentos, nas práticas, sinceridade ao acreditarmos naquilo que defendemos.

Nesta Comissão existem Parlamentares tão legítimos com uma posição ou com outra, mas o Deputado Alberto Fraga opta e revela que apresenta um requerimento para impedir que os próximos requerimentos de adiamento que apresentamos — que serão dados como prejudicados, provavelmente — sejam apreciados pela Comissão.

Eu quero dizer ao Deputado e aos colegas que essa matéria deveria ser debatida por pelo menos mais 16 sessões. Eu quero dizer que estamos debatendo a vida das pessoas. Nós estamos falando, sim, com vítimas do Brasil. E aqui não existem aqueles que estão de um lado ou de outro, porque eu quero que a minha voz e a dos Deputados que são contra a redução da maioridade penal seja também a voz das vítimas que querem um basta para a violência, que querem medidas contundentes contra os criminosos, que querem que a ciência da criminologia investigue e tenha a capacidade de punir todos os responsáveis, mas que não querem e não aceitam o populismo diante do sofrimento das famílias.

Nós poderíamos debater por mais 16 sessões, mas a mesma manobra que o Deputado Alberto Fraga utiliza neste início de sessão para impedir que os nossos requerimentos sejam apreciados foi utilizada aqui para impedir que tenhamos tido a continuidade dos trabalhos desta Comissão.

Talvez para alguns bastem as certezas que têm, mas para o povo brasileiro não basta quem tem mais votos aqui dentro, não basta quem vence um debate entre nós. Importa quem tem capacidade de vencer a violência, que está na porta da sua casa, na rua escura por onde passa, no sofrimento de uma mãe ou de um pai. E estes estão representados nas pessoas de boa-fé, que querem debater mais e encontrar soluções, como o Deputado Darcísio Perondi, que tem procurado ao longo de cada dia, de cada trabalho, como cada um e cada uma, que nós devemos valorizar, como o UNICEF, com as suas observações sobre as sociedades contemporâneas.

Sr. Presidente, é lamentável que o Deputado Fraga utilize um expediente desse tipo. Eu quero dizer aos senhores que o ideal seria que fosse sincero o



pronunciamento do Deputado Fraga e tivéssemos um acordo aqui político, para que as 16 sessões fossem cumpridas e que não estivéssemos pressionados pela insanidade de oferecer uma falsa resposta à sociedade brasileira.

Eu gostaria de apresentar este antagonismo ao Deputado Fraga, sugerindo a V.Exa., Sr. Presidente, que observe os próximos requerimentos, que não os considere prejudicados, pois, se votarmos agora favoravelmente ao requerimento do Deputado Fraga, teríamos uma possibilidade; se não votarmos, que V.Exa. tivesse a perspectiva do razoável, do regimental, porque, enfim, mais triste do que termos uma sessão fechada é termos os olhos fechados para a realidade, porque a redução da maioridade penal é a falsa promessa do fim da violência, é a criminalização de uma juventude, é desistir dos adolescentes brasileiros.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Eu é que agradeço à Deputada.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, peço a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Deputado, já colocamos, conforme o Regimento, um Parlamentar para falar favoravelmente e outro para falar contrariamente. Eu vou colocar em votação, para adiantarmos.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, faço uma questão de ordem rápida, com base no art. 95. Eu queria saber o seguinte. Eu não estou conseguindo ter acesso eletronicamente ao relatório modificado do Deputado Laerte Bessa. Eu gostaria de saber se a Secretaria da Mesa tem o relatório com as modificações, para que possamos fazer a análise.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Pois não, é pertinente. Eu vou pedir à Secretaria da Mesa que distribua cópia do relatório, da complementação de voto do Deputado Laerte Bessa.

Com a palavra o Relator, Deputado Laerte Bessa.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Sr. Presidente, quero somente esclarecer algo que diz respeito à votação. O pedido do Deputado Alberto Fraga foi que se retirasse de pauta. Eu queria que V.Exa. explicasse melhor qual foi o objetivo desse requerimento, para que os demais soubessem e não votassem errado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Deputado Laerte Bessa, quem quiser manter em discussão a PEC, quem quiser manter em discussão e votação, tem que se manifestar e votar contrário ao requerimento do Deputado Laerte Bessa.

(Não identificado) - Tem que votar “não”.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Em votação o requerimento de autoria do Deputado Alberto Fraga.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Para orientar pelo PT, tem a palavra o Deputado Alessandro Molon. S.Exa. tem até 1 minuto. *(Pausa.)*

Deputada Erika Kokay, V.Exa. dispõe de 1 minuto.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, eu gostaria que me fosse assegurada a palavra.

(Não identificado) - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Peço um minuto, Deputado, por favor.

A palavra está assegurada à Deputada Erika Kokay. Eu vou solicitar que se reponha à Deputada Erika Kokay o tempo de 1 minuto. A palavra está assegurada a S.Exa.

Os demais Deputados que forem orientar pela Liderança de seus partidos e blocos terão também a palavra assegurada.

Com a palavra a Deputada Erika Kokay, por 1 minuto.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, eu tive a oportunidade de estar em uma discussão com V.Exa. e com representantes da sociedade civil. E V.Exa. tinha dito, há uns 15 dias, que realmente nós estaríamos encerrando o período de discussão, de audiências públicas e que faríamos, portanto, as diligências necessárias para que traçássemos um diagnóstico tanto acerca das medidas socioeducativas e a sua execução, quanto acerca do sistema carcerário, que — sabemos todas e todos — aprofunda o conflito com a lei.

Portanto, Sr. Presidente, não tem sentido que, ainda com um prazo de 14 sessões, nós estejamos discutindo aqui rasgar a doutrina da proteção integral e,



para além disso, tomar uma medida que vai ter impactos recrudescentes na violência da nossa cidade.

Por isso, o Partido dos Trabalhadores quer discutir a matéria. Nós estamos lidando com vidas e com a democracia. Votamos “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Muito obrigado, Deputada.

Com a palavra o Deputado Efraim Filho, para orientar pela Liderança do Democratas em relação ao requerimento do Deputado Alberto Fraga.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Apesar de compreender os argumentos do Deputado Alberto Fraga, nós somos contra o requerimento e a favor da continuidade da votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - V.Exa. encaminha o voto “não”.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Sr. Presidente, peço a palavra para orientar o PSD.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Vou pedir à Secretaria da Mesa que coloque no painel a orientação partidária ou do bloco.

No caso, a orientação do Partido dos Trabalhos foi “sim” ao requerimento do Deputado Alberto Fraga; a orientação do Democratas foi “não”.

Para orientar pelo PSDB, com a palavra o Deputado Bruno Covas.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sr. Presidente, nós somos contra a solicitação do Deputado Alberto Fraga. Nós queremos discutir e votar hoje. Portanto, o PSDB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Com a palavra o Deputado João Rodrigues, pelo PSD.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Pois bem, Presidente, entendemos aqui a posição do Deputado Alberto Fraga. Depois de 20 anos, não há o que postergar. Discutir mais do que foi discutido? Não é preciso. Não se muda nenhum voto. A maioria absoluta e esmagadora da população brasileira, representada pelos Deputados que pensam parecido com o povo brasileiro, quer definitivamente votar.

Então, com respeito ao Deputado Fraga, eu quero pedir a todos os nossos Parlamentares que estão afinados com o sentimento do povo brasileiro votem “não”. Não vamos postergar.



E hoje, sem pressão — ao contrário do que a Deputada Maria do Rosário falou —, esta sessão está fechada para evitar que pau-mandado venha atrapalhar a sessão, agredir Deputados, que têm a sua posição livre e que foram eleitos nas suas bases para agir de acordo com a sua consciência.

Não é uma pressão medíocre, barata, de pau-mandado, que nos vai fazer mudar as nossas posições. Hoje o País aguarda essa posição.

Portanto, o nosso encaminhamento é “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Pela Liderança da Minoria, Deputado Felipe Maia.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA - Sr. Presidente, eu concordo com as palavras que foram ditas anteriormente aqui por uma Deputada: nós estamos tratando de vida, e justamente por se tratar de vida que nós temos que encerrar esta discussão e entrar no relatório, para poder, aí sim, deliberar sobre a matéria. Vamos falar aqui sobre vidas. Não vamos dizimar vidas por menores infratores neste Brasil.

Portanto, peço vênia ao companheiro de bancada Deputado Alberto Fraga, mas a minha orientação, pela Minoria, é “não” ao requerimento do Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - A orientação do Deputado Felipe Maia pela Minoria é “não”.

Com a palavra o Deputado Fausto Pinato, pelo PRB.

O SR. DEPUTADO FAUSTO PINATO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, quero dizer que estou ouvindo jovens gritarem lá fora: “*Fora, Cunha!*”. Eu queria primeiro parabenizar o Presidente Eduardo Cunha pela coragem de colocar este tema em discussão nesta Casa, pois o tema está aqui há mais de 22 anos.

Em segundo lugar, a cada dia, a cada hora, a cada momento que passa, jovens lá fora continuam cometendo barbáries, assassinatos, estupros e quantos outros crimes.

Estamos aptos a votar esta matéria.

Diante disso, o PRB e o bloco votam “não” ao requerimento, para que possamos votar e dar uma resposta à sociedade, que está lá fora nos assistindo e clama por isso.



Não vamos deixar gritos de orquestras influenciadas tentarem manipular a vontade da maioria deste Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Mais alguém quer orientar?
(Pausa.)

Deputado Glauber Braga, pelo PSB.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, eu gostaria que fosse acrescido o tempo de liderança no momento da orientação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Não, aqui V.Exas. estão orientando o requerimento. Na orientação da discussão, V.Exa. terá o tempo da liderança.

V.Exa. tem 1 minuto.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Presidente, só queria dizer que claramente o tempo de liderança precede qualquer outra matéria que possa porventura ser deliberado. É regimental e V.Exa. sabe disso. Eu posso agregar, sim, o tempo de liderança no momento da orientação.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Presidente, sempre pôde. É regimental. O tempo de Líder pode ser solicitado a qualquer tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Acrescento o tempo de liderança ao tempo de orientação a ser utilizado pelo Deputado Glauber Braga.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Obrigado.

Presidente, em primeiro lugar, eu quero falar do método. Em relação ao método, a gente recebeu o relatório com as substituições feitas pelo Deputado Laerte Bessa há poucos instantes. Inclusive, as alterações que porventura tenham sido realizadas — como estou vendo aqui um conjunto delas — foram anunciadas pela imprensa sem que o conjunto dos Deputados e Deputadas Federais pudesse se debruçar sobre elas para fazer a sua análise.

Então, Presidente, é claro que o requerimento de adiamento de votação e, nesse caso, de retirada de pauta, deve ser aprovado. Mas ele deve ser aprovado não para impedir que os outros requerimentos apresentados deixem de ser deliberados.

Inclusive, causa-me estranheza essa possibilidade, até porque, no dia de ontem, o Presidente da Casa Eduardo Cunha anunciou no Plenário que, assim que



fosse atingido o quórum para deliberação em relação a pontos da reforma política, imediatamente ele iniciaria a deliberação. E o que a gente vê é que até agora, às 15 horas, com o Plenário tendo sido aberto às 9 horas da manhã, o processo de deliberação dos pontos da reforma política não foram iniciados. Por quê?

Para mim, está claramente demonstrado que, mais uma vez, passa-se por cima da palavra empenhada e do que tinha sido acordado pelo conjunto de Deputados para garantir a votação nesta Comissão Especial, passando por cima do conjunto do Parlamento e do conjunto das vontades.

E aí, Presidente, eu já quero entrar no mérito e ter a oportunidade de falar sobre alguns efeitos que não foram tão discutidos e que necessariamente precisam passar pela reflexão do conjunto dos Parlamentares.

Quero falar das palavras do ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Carlos Ayres Britto, que, em referência aos 18 anos, estão presentes em diferentes matérias, como a eleitoral e a trabalhista. Ele afirmou: *“As coisas estão entrelaçadas, a lógica é uma só”*.

Ele alerta que a redução abre precedentes para questionar, por exemplo, o limite de idade para dirigir. Para o mesmo ex-Presidente, a redução viola uma cláusula pétreia da Constituição, dispositivo inclusive que não pode ser alterado.

O Ministro Marco Aurélio Mello, do STF, compartilha a preocupação do ex-Presidente do STF e pergunta: *“É razoável você dizer que responde como adulto ao cometer crimes e, ao mesmo tempo, ser proibido de conduzir um veículo automotor?”*

Presidente, essa é a palavra de um Ministro do Supremo Tribunal Federal, que, inclusive, vai ter que se debruçar sobre essa questão. Mais do que isso: entre “prós” e contras, os contras sobrepõem os “prós”. Eu não vejo isso como algo desejável — inclusive, é a palavra de um Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Mais do que isso, no âmbito trabalhista, entre 16 e 18 anos, há restrições, tais como: não trabalhar em ambiente penoso, insalubre, perigoso, que prejudique a formação moral e psicológica, desenvolvimento físico, além de trabalho noturno; menores tampouco podem fazer hora extra, e o empregador é obrigado a ceder o tempo necessário para o comparecimento às aulas.



Vejam o tipo de alteração que a gente vai gerar com a aprovação dessa proposta, com as modificações que se estabelecem em cascata.

E mais: o Diretor de Policiamento e Fiscalização de Trânsito do Distrito Federal já anuncia que teremos um novo perfil de condutores, prevendo as alterações que a redução da maioridade penal vai ensejar.

Por fim, os crimes cometidos contra adolescentes entre 16 e 17 anos vão ser descaracterizados. Entram nessa categoria exploração sexual, pornografia infantil, sequestro e tráfico internacional de pessoas, entre outras questões.

Atualmente, quem envia criança ou adolescente de até 18 anos para o exterior, com a finalidade de obter lucro, pode cumprir de 4 a 6 anos de prisão. A alteração proposta faz com que, em cadeia, a gente tenha uma alteração em todo o restante da legislação brasileira, já que a gente está tratando da lei penal.

E, fora isso, uma pergunta que até hoje não foi respondida por nenhum debatedor: qual é a experiência internacional de quem reduziu a maioridade penal que diminuiu seus índices de violência? Essa resposta não foi dada porque ela não existe.

Por isso, nós votamos "sim" ao requerimento e "não" à proposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Muito obrigado, Deputado Glauber Braga.

Com a palavra o Deputado Guilherme Mussi para orientar pelo PP.

O SR. DEPUTADO GUILHERME MUSSI - Sr. Presidente, eu acho que 22 anos é tempo mais do que suficiente para a gente já apreciar e discutir. Não há mais como a gente se aprofundar nesse tema.

Eu acho que podemos aproveitar esta reunião pacificada, diferentemente da sessão da semana passada em que, de uma forma covarde, inclusive Deputados, deram com o dedo na cara da Polícia Legislativa, insultando e incitando manifestantes a partirem para cima de Deputados. Eu mesmo testemunhei vários colegas sendo agredidos verbalmente e sendo ameaçados. Enfim, uma vergonha.

Eu acho que, pela primeira vez, eu vou discordar do meu colega Alberto Fraga e vou rejeitar o requerimento, encaminhando "não".

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Muito obrigado, Deputado Guilherme Mussi.

Com a palavra o Deputado Arnaldo Jordy, para fazer a orientação pelo PPS.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, eu quero dizer que respeito todas as opiniões aqui, ainda que divergindo de boa parte delas.

Quero manifestar o meu apoio ao requerimento do Deputado Alberto Fraga, neste momento de lucidez, quando S.Exa. propôs que não se decidesse isso hoje e que a matéria fosse retirada de pauta, para que a gente pudesse debatê-la.

Penso exatamente o contrário daqueles que dizem que o debate já é suficiente, pelo fato de que essa matéria está tramitando há anos na Casa.

Primeiro, nós temos aqui quase 50% dos Deputados desta Casa que estão iniciando uma Legislatura agora. Segundo, eu duvido que algum desses Deputados que estão aqui na Comissão, que já têm posição formada sobre a matéria, se em algum momento do debate não pontuaram algum grau de razão para o argumento adverso. Todos nós aqui... Eu já ouvi depoimento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Para encerrar, Deputado.

O SR. DEPUTADO GUILHERME MUSSI - Eu já vou encerrar. Meu tempo ainda não esgotou, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Já esgotou sim, senhor. É 1 minuto.

O SR. DEPUTADO GUILHERME MUSSI - Eu tenho ouvido o depoimento de vários Deputados. O próprio Relator, quando altera o seu relatório da forma original em uma semana, revela reflexões sobre o mérito do debate. É claro.

E nós sabemos que essa matéria é tão detalhista, é tão cheia de um conjunto de implicações que qualquer vírgula que se mude no relatório leva à renovação do debate.

Por isso, eu vou votar favoravelmente ao requerimento do Deputado Alberto Fraga.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Muito obrigado.

Mais alguém vai orientar? (Pausa.)

Com a palavra o Deputado Weverton Rocha, pelo PDT.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Deixe, por favor, o Deputado Weverton Rocha falar. Depois, V.Exa. o fará.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Ele pode ficar à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Sr. Presidente, eu gostaria de lamentar os equívocos, a maneira como é colocada, nesta Comissão, esta pauta tão importante.

É lamentável ouvirmos argumentos que, infelizmente, só diminuem um debate tão importante quanto este da redução da maioridade penal, que é a Proposta de Emenda à Constituição nº 171, de 1993.

Em primeiro lugar, é um erro gravíssimo colocar essa discussão de quem é Governo e quem deixa de ser Governo. Erro maior ainda é achar que quem aprovar esta PEC estará derrotando o PT ou o Governo. A que ponto nós chegamos, senhores!

E ainda se afirma que está todo o mundo maduro, porque há 20 anos se discute isso na Casa. A maioria chegou há 4 meses, nesta Legislatura, e vem-se com este argumento.

Nós vamos votar “sim”. E mesmo os Deputados que concordam com a PEC poderiam acompanhar essa orientação e esse pedido do Deputado Alberto Fraga para continuarmos com a discussão por pelo menos 1 ou 2 semanas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Eu peço que encerre, Deputado.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Então, o PDT vai orientar “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Há algum partido...

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Pelo PSD.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - O Deputado João Rodrigues, Deputado Delegado Éder Mauro, já orientou pelo PSD.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Mas eu peço a palavra só para uma questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Qual é a questão, Deputado?

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - A questão, Sr. Presidente, é que, na sessão passada...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Eu peço um pouco de silêncio aos assessores, por favor.

Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - A sessão passada, Sr. Presidente, foi uma sessão tumultuada por alguns irresponsáveis que subiram nas mesas, quebraram, agrediram inclusive Deputados e que estão aqui como representantes da grande população...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Mas, Deputado...

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Eu só quero colocar o seguinte: ficou estabelecido que, na nova sessão, que é esta que se está realizando hoje, não haveria manifestantes no plenário. Só haveria os Deputados, os assessores e a imprensa credenciada.

Aquela moça lourinha é a que está na foto em cima da mesa. (*Mostra fotografia.*) Ela vai criar problema novamente. Eu solicito que, se ela não estiver credenciada como imprensa, seja retirada.

(Não identificado) - Sr. Presidente, por favor. Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Por favor, eu não autorizei microfone sem fio.

(Não identificado) - Não há nenhuma manifestação aqui dentro. O debate...

(Não identificado) - É muito perigosa.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Eu peço a palavra para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Mas, naquele dia não havia também, e eles fizeram o que fizeram.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Vamos lá! Só 1 minuto. Calma! Vou fazer o seguinte. Eu não autorizei. Eu vou pedir... Eu determinei de comum acordo... Calma! Calma! Vou pedir aos Deputados...

Deputada Erika Kokay, só 1 minuto.

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - A sessão está transcorrendo dentro da normalidade. Nós não temos problema nenhum até o presente momento.



Nós não vamos pedir, agora, a retirada de ninguém. Obviamente, se ela ou qualquer outro aqui se manifestar, eu vou pedir a retirada imediatamente.

Agora, eu peço à senhora que se coloque atrás do cordão de isolamento como qualquer outro, por favor.

Pronto! Está tudo tranquilo. Vamos trabalhar.

Vamos colocar em votação o requerimento do Deputado Alberto Fraga.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Qual é a questão de ordem?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Art. 96.

(Não identificado) - E a orientação dos demais partidos, Sr. Presidente?

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - A palavra está assegurada.

Qual é o artigo?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Noventa e seis.

(Não identificado) - E a orientação dos demais partidos, Sr. Presidente?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, há Deputado em pé.

Não é possível...

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Sr. Presidente, eu até peço de maneira encarecida ao Deputado Delegado Éder Mauro que releve, porque já fiz a representação na Polícia Legislativa contra as pessoas que cuspiram e agrediram a mim e ao Deputado Valim. E essa moça é uma delas. Não há o menor problema. Vai ser objeto do inquérito. Nós não vamos mais falar a respeito disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - E não vai haver problema hoje. Ela está ali comportada. Sem problema nenhum.

Qual é a questão de ordem, Deputado?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Tem que ser garantido o local para os Deputados. O Deputado Adelmo está em pé aqui. Há vários Deputados em pé. Eu solicito a V.Exa. que tome providências, Sr. Presidente, de acordo com o art. 96. Não pode continuar a sessão sem os Deputados terem lugar para poder acompanhar.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Eu solicito aos assessores que estão ocupando o lugar que, por favor, liberem o local, para que os Parlamentares possam ocupar os assentos nesta Comissão.

Mais alguém quer orientar?

Qual é o parágrafo e qual é o artigo, Deputada?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, é uma questão objetiva. Nós precisamos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Não existe, Deputada.

Em votação o requerimento de autoria do Deputado Alberto Fraga.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. (*Pausa.*)

(Não identificado) - Verificação!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Votação nominal. Verificação conjunta.

Está funcionando o painel? (*Pausa.*)

Os Deputados podem votar.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Deputada, um momento só por favor.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - De acordo com o art. 117.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - O painel está aberto. Os Deputados já podem votar.

Não está funcionando? Está com problema o painel? (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Os Deputados da bancada da segurança, por orientação do Deputado Alberto Fraga, votem “sim”. Ele pediu “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Com a palavra a Deputada Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Senhores, não deixem o Deputado Fraga perder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Deputado Weverton, por favor.



Vou assegurar a palavra à Deputada Erika Kokay, por 1 minuto.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, quero remontar ao art. 117. Nós não podemos ter os servidores em pé, sem condições de trabalho. Nós não temos acesso ao microfone. Temos que falar sem ter acesso ao microfone.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - V.Exa. está falando, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sim, porque eu estou em pé.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Mas há lugar para se sentar.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, eu solicitaria que nós pudéssemos ter aqui, com os servidores, um microfone sem fio, para que nós fizéssemos uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Está indeferido o pedido de V.Exa.

(Processo de votação.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Vou encerrar a votação. Falta alguém votar?

(Não identificado) - Sr. Presidente, falta eu votar. Só 1 minutinho. O sistema está com problema.

(Não identificado) - Só mais meia hora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Eu quero aproveitar, enquanto ainda estamos em processo de votação, para registrar a presença do ex-Deputado Benedito Domingos, que foi o autor da Proposta de Emenda à Constituição nº 171, de 1993, que originou esta discussão da maioridade penal.
(Palmas.)

Seja muito bem-vindo, Deputado, a esta Comissão, que trabalha a PEC originária, de iniciativa de V.Exa.

Todos já votaram? Posso encerrar a votação? (Pausa.)

Está encerrada a votação. (Pausa.)

Vou proclamar o resultado: “não”, 21 votos; “sim”, 6 votos.

O requerimento de autoria do Deputado Alberto Fraga foi rejeitado.

Ficam prejudicados todos os outros requerimentos de adiamento de discussão.



O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem baseada no art. 163.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Pois não.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - No rol dos prejudicados, de acordo com o art. 163, não consta nenhuma situação em que esses requerimentos de adiamento de discussão se opusessem à retirada de pauta.

Eu queria que V.Exa. nos esclarecesse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Deputado Leo de Brito, há o Recurso nº 260, de 2013, interposto pelo Sr. Deputado Mendonça Filho, em que já houve a decisão da Presidência, que diz:

Isto é, na hipótese dos precedentes mencionados, a negativa do pedido de retirada de pauta equivale à afirmação de que o Plenário deseja discutir a matéria, pois não há qualquer ato processual a ser praticado entre a rejeição do requerimento e a discussão. Todavia, se há parecer a apresentar, a negativa do pedido de retirada de pauta equivale à afirmação de que o Plenário da Comissão ou da Casa deseja ouvir o Relator sobre a matéria, impondo a apreciação de eventuais requerimentos de adiamento de discussão, que não podem ser declarados prejudicados com base na rejeição de outro requerimento, com objeto diverso.

É uma decisão da Presidência ao Recurso nº 260, de 2013, de autoria do Deputado Mendonça Filho.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, tenho uma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Pois não, Deputado Alessandro Molon.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Pela leitura da decisão da Presidência que V.Exa. acaba de fazer, os requerimentos de adiamento não ficam prejudicados. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Não, os de discussão sim.



O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Então ficam prejudicados, mas não o adiamento de votação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Não, de discussão somente.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Só quero esclarecer, Sr. Presidente. Prossegue a discussão. Isso não quer dizer que ela não possa haver.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Não. Os requerimentos de adiamento de discussão, está claro no parecer, estão todos prejudicados.

Nós temos sobre a mesa requerimento...

(Não identificado) - Sr. Presidente, eu queria ouvir a leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Eu tenho que cumprir a ordem regimental, que leva aos requerimentos.

(Não identificado) - Já havia sido pedida a dispensa da leitura da ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Vamos aos requerimentos.

Requerimento do Deputado Fausto Pinato, que solicita a inversão da ordem dos trabalhos:

Sr. Presidente,

Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 50, § 1º, do Regimento Interno, a inversão da ordem dos trabalhos para deliberar sobre:

Item 1. Ordem do Dia - PEC 171/93;

Item 2. Expediente;

Item 3. Discussão e votação da ata da reunião anterior.

Requerimento da Deputada Erika Kokay, que solicita votação nominal:

Sr. Presidente,

Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 117, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que a votação do requerimento de inversão de pauta seja por processo nominal.

Quero comunicar à Deputada Erika Kokay que defiro de ofício o pleito de S.Exa.



Em votação o requerimento.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Peço a palavra para falar contra o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Peço a palavra para encaminhar contra o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Quem vai falar contra?

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Eu, e o Deputado Alessandro Molon também.

Fique à vontade, Deputado Molon.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - O Deputado Glauber Braga pode fazê-lo, então.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Deputado Molon, V.Exa. quer fazer o encaminhamento? Fique à vontade!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Para encaminhar contra, tem a palavra o Deputado Glauber Braga, por até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, este requerimento é completamente antirregimental. Não existe possibilidade de se fazer a discussão de ata depois da votação da matéria. Isso não existe! Nunca aconteceu isso em Comissão nenhuma. Ou seja: faz-se a inversão de pauta para dizer que a discussão sobre a matéria que vai ser votada se dá depois da votação da matéria. O processo de discussão tem exatamente a motivação de fazer com que os Parlamentares possam instrumentalizar o seu voto. Depois de realizado o voto, entra-se no processo de discussão daquilo que já foi votado? Não há possibilidade. Isso é mais uma vez atropelar o Regimento.

Eu quero pedir a V.Exa. que desconsidere este requerimento, inclusive porque, na sessão passada, V.Exa. desconsiderou um requerimento que eu tive a oportunidade de apresentar e que simplesmente pedia que o conjunto de audiências aprovadas por esta Comissão pudesse passar por deliberação. Foram 63; só 12 requerimentos foram implementados. No dia de hoje, inverter a pauta para que a discussão se dê depois da votação?! Imagine se isso vira moda. Ou seja, no Plenário, a partir de agora, passa-se a discutir a matéria depois que ela foi votada. Pau que dá em Chico dá em Francisco.



Hoje este requerimento pode ser favorável e positivo para quem quer votar a matéria rapidamente. Em momentos futuros, aqueles que porventura tenham interesse diverso vão ficar completamente prejudicados. Isso não pode ser feito dessa forma!

Eu espero estar equivocado no entendimento do requerimento lido. Se o entendimento que eu tive é correto, o requerimento querer fazer com que a discussão seja posterior à votação, ele é completamente antirregimental. Como é que se vai avaliar uma matéria em Plenário, deixando que a discussão aconteça posteriormente ao processo de votação? Isso não existe!

Inclusive, Sr. Presidente, digo que, se este requerimento for validado pela Mesa, esta sessão muito provavelmente não vai ser válida e vai ser anulada em decisão dos Tribunais Superiores. Não existe qualquer possibilidade. Como é que se discute uma matéria depois da deliberação?

Eu quero inclusive, Sr. Presidente, uma posição de V.Exa., se eu entendi equivocadamente. Se entendi de maneira equivocada, posso reavaliar aquilo que estou dizendo. O que entendi do requerimento lido foi: primeiro se vota; depois se faz a análise daquilo que teoricamente poderia ser considerado a pauta; e após se passa para o processo de discussão. Se esse foi o requerimento, eu gostaria de compreender, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Sr. Presidente, quero encaminhar a favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - A palavra está assegurada ao Deputado Glauber.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, para complementar e garantir o meu tempo, quero dizer o seguinte: hoje já estamos com um processo atípico. E quero repetir o que eu tive a oportunidade de dizer num momento anterior. O Presidente da Casa afirmou ontem em Plenário que — todos os Parlamentares que estão aqui são prova disso —, dado o quórum em Plenário, seriam iniciadas as votações daquelas questões relativas à pseudorreforma política. Às 9 horas o plenário foi aberto para a possibilidade de os Parlamentares se inscreverem. Ele não



o fez. Ou seja, já causa estranheza ao conjunto da Casa esse comportamento. Depois disso veio a apreciação de um requerimento que tem o objetivo de fazer com que outros requerimentos legítimos não sejam apreciados. E agora vem um requerimento que — perdoe-me — não tem o menor cabimento em prosperar, com todo o respeito que eu tenho ao Deputado Fausto.

V.Exa., na semana passada, desconsiderou o requerimento por mim apresentado dizendo que ele não era legal para prosperar, que simplesmente o que pedia era a audiência de todos aqueles que tinham requerimento aprovado pela Comissão. Não pode haver uma interpretação aqui que seja única e exclusivamente voltada para aprovar a matéria de qualquer maneira. Exatamente por esse motivo, Sr. Presidente, eu gostaria, em primeiro lugar, que V.Exa., de ofício, desconsiderasse este requerimento, porque, se isso não acontecer, esta sessão pode ser, sim, prejudicada a partir da limitação constitucional que tem que ser feita por parte dos Tribunais Superiores.

Era este o esclarecimento que eu gostaria de fazer.

(*Intervenções simultâneas ininteligíveis.*)

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Peço a palavra para encaminhar a favor, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Tenho uma questão de ordem, art. 50, §1º, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - O art. 50, § 1º, Deputado Leo de Brito, é exatamente o que baseia a minha resposta à questão de ordem do Deputado Glauber Braga.

Art. 50.....

§ 1º Essa ordem poderá ser alterada pela Comissão, a requerimento de qualquer de seus membros (...).

Além disso, para se somar a esse art. 50, há uma questão de ordem já deferida, que faz parte do Regimento e que diz que o pedido de inversão recai sobre qualquer item da pauta, inclusive sobre a ata, e não fica restrito ao grupo a que pertence.



Está respondida a questão de ordem de V.Exa.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, eu tenho que recorrer da decisão de V.Exa. O dispositivo que V.Exa. leu não remete à discussão.

Eu recorro da decisão de V.Exa.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Art. 50., Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, V.Exa. não leu completamente o §1º. V.Exa. o leu pela metade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Acolho o recurso de V.Exa. Se o Deputado Leo de Brito também quiser, pode fazer o recurso; a Deputada Erika Kokay, do mesmo jeito.

Acatado o recurso de V.Exa.

(*Intervenções simultâneas ininteligíveis.*)

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, gostaria de fazer uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Se for embasada no art. 50, já está feita.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem para esclarecer, art. 50, § 1º.

(Não identificado) - Questão vencida, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, gostaria que V.Exa. pudesse ler por inteiro o §1º do art. 50. Ele diz:

Art. 50.....

§ 1º Essa ordem poderá ser alterada pela Comissão, a requerimento de qualquer de seus membros, para tratar de matéria em regime de urgência — não é o caso —, de prioridade — não é o caso — ou ainda no caso de comparecimento de Ministro de Estado ou de qualquer autoridade — não é o caso —, e de realização de audiência pública.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - “Ou de tramitação ordinária.”



O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Há diversas questões de ordem, Deputada, que já foram respondidas em vários aspectos.

Eu indefiro as questões de ordem de V.Exa., do Deputado Leo de Brito e do Deputado Glauber Braga e acolho o recurso que qualquer um de V.Exas. quiserem levar à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Com a palavra, o Deputado Delegado Éder Mauro, que vai encaminhar favorável ao requerimento de inversão de pauta.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Questão vencida, Deputado.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - É a Questão de ordem nº 5.046. É do outro que eu estou falando aqui.

"O pedido de inversão recai sobre qualquer item da pauta, inclusive sobre a Ata." Trata-se da Questão de Ordem nº 45, de 2007.

Com a palavra, o Deputado Delegado Éder Mauro.

V.Exa. tem até 5 minutos para encaminhar a votação.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Sr. Presidente, quero apenas comentar a questão da inversão, no que diz respeito ao art. 50. Como V.Exa. já respondeu a eles, eu vou aproveitar o meu tempo para dizer que aqueles que falaram contra a inversão de pauta também pularam algumas coisas quando leram o artigo.

Posiciono-me perante todos os colegas Deputados, não só os que são favoráveis à redução da maioridade penal, mas até aqueles que são contrários, eu tenho a certeza absoluta de que, dentro de si, eles sabem da necessidade que temos no País de fazer justiça com o povo brasileiro.

Peço a todos que reflitam neste momento, porque isso é muito importante para o País. Isso é muito importante para cada vida neste País.

É muito importante que cada família saiba que os jovens que escolherem o caminho do crime, não os jovens de bem, serão punidos pelos delitos que cometerem. Tivemos exemplos, e raramente alguns da oposição conseguiram mencioná-los. Falam em escolas e em outras coisas que poderiam ser feitas no



lugar de prisões. Eu diria que prefiro mil vezes encher a prisão de bandidos do que encher o cemitério de inocentes.

Srs. Deputados, nós precisamos de escolas. Gostaria de ver todos os nossos jovens nas escolas, e que essas instituições tivessem atrativos. As escolas poderiam criar nos adolescentes valores corretos de vida; poderiam fazer com que os adolescentes se ocupassem em tempo integral; poderiam oferecer esporte de forma profissionalizante. Mas este país e este Governo nunca deram isso à juventude. É era o que gostaríamos de ter. Assim, a polícia não precisaria usar arma. No entanto, isso não acontece.

Nós precisamos socorrer a família brasileira, aprovando a redução da maioridade, para que esses bandidos sejam punidos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Muito obrigado, Deputado Delegado Éder Mauro.

O SR. DEPUTADO FAUSTO PINATO - Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem, baseada no art. 192, § 8º.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO FAUSTO PINATO - Sou o autor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - V.Exa. gostaria de falar como autor do requerimento?

O SR. DEPUTADO FAUSTO PINATO - Não, Sr. Presidente. Só farei uma questão de ordem como autor do requerimento.

Nós demos entrada a este requerimento por dois motivos, e não há nada no sentido de abrir precedente, até porque é regimental. Nós temos de parar com demagogia nesta Comissão, porque estão aí os placares, e o projeto passará.

Com relação a essa questão de procrastinação de alguns Deputados que são contra, V.Exas. têm de respeitar a maioria.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Qual é o artigo, Sr. Presidente?

O SR. DEPUTADO FAUSTO PINATO - É o art. 192, § 8º.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - O Deputado está falando como autor do requerimento.



O SR. DEPUTADO FAUSTO PINATO - Agora, é um absurdo ficar aqui fazendo show para a plateia lá fora. Nós temos de jogar essa matéria para o Plenário. Quem representa o Plenário é a maioria do Parlamento brasileiro, não é meia dúzia, que quer levar à força, não! (*Palmas.*)

V.Exas. devem respeitar a maioria do Parlamento brasileiro!

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Essa fala é a título de quê?

O SR. DEPUTADO FAUSTO PINATO - Aqui já está vencido! V.Exas. muito bem sabem disso e ficam aí atrás de questão de ordem. Nós temos quórum e vamos votar.

É esta a razão do meu requerimento, parar com a demagogia dentro desta Comissão.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O que é isso, Sr. Presidente? Palavras ofensivas com relação aos colegas é algo que está vedado no Regimento. Ele não pode ofender os colegas dessa maneira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Muito obrigado ao Deputado Fausto Pinato.

Nós vamos para a orientação de bancada em relação ao requerimento de autoria do Deputado Fausto Pinato.

Algum Parlamentar deseja orientar?

Com a palavra a Deputada Erika Kokay.

V.Exa. tem até 1 minuto para orientar pelo PT.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, em primeiro lugar, nós não podemos partir para esse nível de agressão aos Parlamentares que estão utilizando o Regimento. Qualquer Deputado pode recorrer a ele, e isso está assegurado. É um instrumento que deve ser guiado. Ele não pode ser confundido ou acusado de instrumento de demagogia.

O segundo aspecto, Sr. Presidente, é que nós precisamos ter memória — memória das reuniões, memória desta própria Comissão.

(Não identificado) - Inclusive da passada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - A palavra está assegurada à Deputada Erika Kokay.



A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Além de memória, precisamos ter civilidade. Aliás, é previsto no Regimento comportamento de urbanidade dos Parlamentares, que, portanto, não podem se utilizar, sob pena de estarem incorrendo em quebra de decoro, deste tipo de acusação.

Sr. Presidente, somos contrários ao requerimento, porque queremos fazer a discussão da memória desta Comissão. Nós sabemos que hoje está em jogo a democracia.

Por isso, nós votamos “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Para orientar pelo PDT, com a palavra o Deputado Weverton Rocha.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Sr. Presidente, apesar de sermos minoria aqui, é a maioria que está obstruindo. Gostaria até de agradecer. Se nós formos verificar, na reunião, a maioria foi obstruída por quem está nos acusando de não querer discutir a matéria.

Temos de restabelecer o respeito que houve até aqui, e espero que continue assim até o final da nossa Legislatura. Não é possível que, na altura do campeonato, o maior argumento que se tenha é o de querer nos acusar de não discutir uma matéria.

Srs. Parlamentares — só quero lembrá-los —, quem atropelou esta Comissão não fomos nós. Tínhamos um monte de requerimentos aprovados aqui para instruirmos da melhor forma as nossas opiniões, formulá-las de maneira mais acertada. Ela foi atropelada. Tudo foi cancelado. E, depois de vintes sessões, foi marcada a apresentação do relatório.

Portanto, quem está aqui atropelando e quem não quer discutir não somos nós. Quem atropelou foi esta Comissão. E os Srs. Parlamentares sabem disso.

O PDT orienta “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Muito obrigado.

Com a palavra o Deputado João Rodrigues, para orientar pelo PSD.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Eu só quero reafirmar e corrigir as manifestações anteriores quanto à questão do voto e à questão da inversão de pauta.



Em primeiro lugar, no Plenário nós já fizemos muito isso. Estamos debatendo e votando o assunto. Em segundo, não se vai mudar nenhum voto aqui. O que nós queremos é ganhar tempo. Em razão do quê? São 20 anos de espera. Há mais de 20 anos se aguarda este momento. O Brasil está esperando isso.

Aliás, com todo o respeito aos colegas, apesar de o debate ser acirrado, esta maioria da Comissão que se percebe aqui representa exatamente a maioria do povo brasileiro.

Estamos querendo reduzir a maioridade penal não porque isso nos satisfaz. É para acabar com a impunidade aí fora. E, quando ouço manifestações no sentido de que a redução da maioridade também vai inserir esse jovem no mercado de trabalho, que bom que assim seja! Digo isso porque boa parte dos crimes cometidos no País é pelo excesso de vagabundagem que se criou, quando muitos jovens de 14 anos e 16 anos deveriam estar no mercado de trabalho para poder não estar no mundo da droga. Então, isso não é motivo.

Por isso, nós do PSD orientamos a favor da inversão de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Muito obrigado, Deputado João Rodrigues.

Com a palavra o Deputado Efraim Filho, para orientar pelo Democratas.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Sr. Presidente, a redução da maioridade penal significa combater a impunidade na delinquência juvenil. Muitas pessoas aqui querem colocar que quem é a favor da redução da maioridade penal é contra a escola ou a educação. De forma nenhuma! Todos nós aqui somos a favor de melhor educação e de mais oportunidade. Agora, uma coisa é o menor carente; outra é o menor bandido. E é preciso combater a impunidade daqueles que escolhem o caminho do crime. Quando o discurso destoa da prática, perde-se legitimidade.

Ouço aqui o Governo dizer que é contra a redução da maioridade penal, porque quer mais escola. Mas foi ele que cortou dinheiro do FIES — Fundo de Financiamento Estudantil, do PRONATEC — Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego e do Programa Ciência sem Fronteiras. O estudante está lá fora sem receber.



O Governo diz que os presídios são medievais. Mas foi ele quem contingenciou o recurso para construir os presídios.

O Governo diz que precisa de trabalho. Agora, perguntem como é que está o PNPE — Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego, que, em 2003, o Presidente Lula criou, e depois o Governo o cancelou?

É muito fácil fazer discurso, mas, quando é chamado a colocar em prática, não o faz.

O Democratas orienta “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Glauber Braga, para orientar pelo PSB. E, na sequência, terá a palavra o Deputado Felipe Maia, para orientar pela Minoria.

Antes, vou pedir aos Parlamentares que, por favor, respeitem a orientação que fará agora o Deputado Glauber Braga, pelo PSB.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, só quero dizer que fiquei mais tranquilo. Eu dialoguei com V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Deputado, peço só 1 minutinho, por favor.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Deputados Efraim Filho, Alessandro Molon e Leo de Brito, vou pedir a V.Exas. que deixem o Deputado Glauber Braga fazer a orientação.

Deputado Glauber, V.Exa. está com a palavra.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero dizer que fiquei mais tranquilo. Fui pessoalmente dialogar com V.Exa., e o entendimento da Mesa é o de que a discussão da matéria segue antes do processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Perfeito.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Então, só quero fazer esse reparo.

Em segundo lugar, eu queria dialogar com o meu colega sem fazer disso a necessidade de um confrontamento desnecessário. Mas o que eu disse foi: entre 16 e 18 anos há restrições, como não trabalhar em ambiente penoso, insalubre, perigoso e que prejudica a formação moral e psicológica.



Para finalizar, eu gostaria de tomar a liberdade de dialogar com o Relator, o Deputado Laerte Bessa. Na primeira sessão em que tive oportunidade de participar, perguntei-lhe o seguinte: qual é o caso ou a experiência internacional de redução da maioridade que tenha diminuído os índices de violência? O Deputado Laerte Bessa disse que colocaria essa informação no seu relatório. Pode ser que eu não tenha tido a oportunidade de verificá-la bem, mas imagino que esse dado não esteja contido no relatório. Eu gostaria que o Deputado Laerte Bessa pudesse depois complementar o voto para dizer qual foi a experiência internacional de sucesso. Impossível será fazê-lo, porque essa experiência não existe!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Com a palavra o Deputado Felipe Maia.

(Manifestação no plenário: Cuba! Bolívia!)

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA - Sr. Presidente, ao longo da discussão dessa Proposta de Emenda à Constituição nº 171, de 1993, que tem 22 anos nesta Casa, alguns fatos foram detectados, como, por exemplo, apresentação de estatísticas falsas não só na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, mas nos debates na mídia. Deputados do PT insistiam em apresentar estatísticas mentirosas, e hoje a mídia mostra que são mentirosas. Pela primeira vez, está-se vendo o Governo obstruindo pauta. Desde que aqui cheguei, em 2006, venho fazendo obstrução, um mecanismo legítimo, e estou vendo o Governo indo de encontro à opinião pública, de encontro à maioria do Congresso Nacional, como aqui já disse um Deputado. O Governo está contra o interesse da Nação e quer tentar, pelo grito, impor a sua vontade.

Para concluir minhas palavras, lembro a esta Casa o que diz o art. 52, § 6º. Se este Plenário continuar obstruindo, nós iremos apequenar esta Comissão! Vejam o que diz o art. 52, § 6º:

“Art. 52.

§ 6º Sem prejuízo do disposto nos §§ 4º e 5º,

esgotados os prazos previstos neste artigo, o Presidente da Câmara poderá, de ofício ou a requerimento de qualquer Deputado, determinar o envio de proposição pendente de parecer à Comissão seguinte ou ao Plenário,



conforme o caso, independentemente de interposição do recurso previsto no art. 132..."

Ou nós deliberamos essa matéria, ou o Presidente da Casa, ou qualquer membro da Câmara dos Deputados poderá requerer o envio da matéria ao Plenário desta Casa.

Então, vamos cumprir o nosso papel de integrantes da Comissão Especial e vamos votar o parecer, seja favorável, seja contrário, com base somente em argumentos verdadeiros, não mentirosos, de palavra; e não no grito. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Muito obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação pelo PPS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Para encaminhar pelo PPS, com a palavra o Deputado Arnaldo Jordy.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, não acho esse caminho sugerido pelo Líder da Minoria o mais recomendável, até porque, quando foi pautada essa matéria no plenário, o próprio Presidente pautou as sessões que foram interrompidas, aliás, lastimavelmente através do Twitter pessoal do Presidente no domingo atrasado, e o Relator, o nosso Deputado Laerte Bessa, simplesmente acolheu na íntegra a mensagem do Twitter do Presidente Eduardo Cunha.

Vamos aqui repor essa situação. Primeiro, atropelou-se o debate nesta Comissão, até porque ele já anunciou que a votação será no dia 30, e nós teríamos tempo para exercitar essa discussão, inclusive cumprindo aquilo que já havia sido deliberado por esta Comissão de forma absolutamente soberana.

Segundo, essa prerrogativa do Presidente de atropelar e levar ao Plenário, parece-me, não deu bons resultados para o Presidente. Ele perdeu a votação no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Segundo alguns, essa postura teria concorrido.

Espero que possamos aprofundar o debate, cumprir regimentalmente essa discussão e tomar a decisão mais acertada.



O PPS vota “não” ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Deputado Ivan Valente, o PSOL não possui membro nesta Comissão. Então, não cabe a V.Exa. orientação pelo partido.

Com a palavra o Deputado Guilherme Mussi, para orientar pelo PP.

O SR. DEPUTADO GUILHERME MUSSI - Sr. Presidente, o Partido Progressista orienta “sim”.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Sr. Presidente, quero orientar pelo Governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Para orientar pelo Governo, concedo a palavra ao Deputado Orlando Silva.

V.Exa. tem até 1 minuto.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Sr. Presidente, quero trazer a esta Comissão uma reflexão sobre a oportunidade de darmos mais tempo para que o debate de mérito se faça nesta Comissão, levando em conta um diálogo — isto é sabido por todos nós — que está em curso entre lideranças políticas importantes do Brasil. O Senador José Serra, que representa o meu Estado, São Paulo, apresentou um projeto de lei que já recebeu parecer por parte do Senador José Pimentel...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Peço que conclua, Deputado. V.Exa. tem 1 minuto.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - O Senado da República nos próximos dias deve examinar e enviar para esta Casa uma proposição que verse sobre essa matéria. A correria desta Comissão pode impedir que o diálogo positivo que se está estabelecendo neste momento no País seja consolidado.

Por isso, o Governo encaminha “não”, Presidente, fazendo um apelo, para que nós possamos refletir sobre a matéria, que é polêmica. Ainda ontem, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias examinou o mérito de um conjunto de argumentos críticos a essa medida de redução da maioridade.

Por isso, o Governo encaminha “não” e faz um apelo aos Deputados do PSDB, para que nos ajudem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Muito obrigado, Deputado.

O Deputado Major Olímpio vai orientar?



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Deputado, só pode fazer questão de ordem quem for membro da Comissão, e V.Exa. não é membro desta Comissão.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Presidente, para orientar pelo PRB e Bloco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Pelo PRB, tem a palavra o Deputado Aluisio Mendes.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Presidente, eu vou pedir licença ao nobre Deputado do PCdoB para discordar de S.Exa. e dizer que essa discussão está sendo feita de maneira açodada.

Há mais de 20 anos que essa matéria tramita nesta Casa. E dizer que matéria que tramita há 20 anos nesta Casa esteja sendo votada de maneira açodada é no mínimo rizível.

Eu acredito que mais do que debatida ela já foi aqui e, mais do que isso, ela é anseio de mais 90% da população brasileira.

Então, o PRB e Bloco encaminham favoravelmente ao relatório. Esperamos que essa matéria seja votada hoje, como espera a grande maioria da nossa população. Nós queremos aqui encerrar com um ciclo de impunidade que grassa hoje no Brasil, em função da inimputabilidade dos menores, que cometem crimes cada vez mais violentos neste País.

Então, eu encaminho favoravelmente.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, só para não criar uma jurisprudência. V.Exa. fez uma afirmação de que só pode fazer questão de ordem quem é membro da Comissão. Em qual artigo está baseado isso?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Art. 57, inciso XXI.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Para mim, é muito importante, para eu poder aplicar isso na Comissão que eu presido também.

(Risos.)

(Não identificado) - É uma Comissão democrática, isso não precisa acontecer...



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu quero dizer a V.Exa. que eu não tinha conhecimento desse artigo e vou começar a aplicá-lo na minha Comissão também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Isso. Art. 57, inciso XXI.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Agradeço a sua gentileza, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - O.k.

Em votação nominal o requerimento de autoria do Deputado Fausto Pinato.

Os Deputados podem iniciar a votação.

Os Deputados que aprovam a inversão de pauta votam “sim”; os Deputados que não aprovam a inversão de pauta votam “não”. (Pausa.)

(Processo de votação.)

Com a palavra o Deputado Bruno Covas.

O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - O PSDB encaminha “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - O PSDB, com a orientação do Deputado Bruno Covas, encaminha “sim”.

(Processo de votação.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Todos já votaram? (Pausa.)

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Deputado Arnaldo Jordy?

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, V.Exa. quer que eu vote?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Lógico. É importantíssimo.

Deputado Paulo Pimenta, V.Exa. anotou aí? Art. 57, inciso XXI? (Risos.)

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Vou mudar meus critérios.

(Não identificado) - Sr. Presidente, é bom deixar claro que é só questão de ordem. É bom deixar claro porque se está confundindo falar com questão de ordem.

(Não identificado) - Sr. Presidente, vamos encerrar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Podemos encerrar a votação? (Pausa.)

(Não identificado) - Presidente, o painel está com problema.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Vou encerrar a votação.
(Pausa.)

(Não identificado) - O Relator não votou, Sr. Presidente.

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Podemos encerrar? Todo o mundo já votou?

(Pausa.)

Está encerrada a votação.

Votaram “sim” 21 Deputados e “não” 6 Deputados. (Palmas.)

Está aprovado o requerimento de inversão de ordem.

Passa-se à Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, com base no parágrafo único do art. 47 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Pois não.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, diz o art. 47, parágrafo único, que, “*finda a hora dos trabalhos, o Presidente anunciará a Ordem do Dia da reunião seguinte, dando-se ciência da pauta respectiva às lideranças e distribuindo-se os avulsos com antecedência de pelo menos vinte e quatro horas*”.

Eu cito esse trecho, Sr. Presidente, porque nós tomamos conhecimento da mudança do texto do Relator hoje de manhã. O próprio Relator, em seu texto original, dizia que “*diante desses números, fomos convencidos de que a redução da maioridade penal deve ocorrer no Brasil para todos os tipos de crime, sem exceções*”. Esse trecho constava do parecer original do Relator.

Mas, hoje, o Relator distribuiu um texto, criando uma exceção, dizendo que a redução da maioridade se dá em determinados casos. O Relator tem o direito de mudar de ideia, mas nós não somos obrigados a votar matéria sem conhecê-la.

Por isso, peço a V.Exa. que encerre os trabalhos e convoque para amanhã reunião desta Comissão Especial.

Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Eu vou responder a questão de ordem do Deputado Alessandro Molon. O Relator até a hora de apresentar o seu voto pode fazer alteração em seu relatório.

Na verdade, Deputado Alessandro Molon, acredito que V.Exa. saiba, pela competência que tem, que não precisava nem distribuir a complementação de voto. O Relator poderia fazer isso oralmente. Mesmo assim, foi feita a distribuição, coisa que não era necessária, porque poderia fazer a alteração oralmente. Portanto, está dentro do que determina o Regimento.

Vamos passar à Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Qual é a questão de ordem?

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Art. 47.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Sobre o quê? É o mesmo tema?

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - De novo não, há outra questão nesse artigo. Se me deixarem falar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Estou deixando.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Obrigado, Presidente.

A Questão de Ordem nº 218, de 2012, respondida por esta Casa — está aqui no Regimento — e a Questão de Ordem nº 186, de 2012, esclarecem que “*diana da falta de regulamentação quanto ao uso do meio eletrônico para divulgação da pauta das reuniões das Comissões...*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - A pauta foi divulgada, Deputado. A pauta foi divulgada.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - ... *seria recomendável que eventuais alterações fossem informadas (...)"*

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Está indeferido, indeferido.

Passa-se à Ordem do Dia.

(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis.)

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Eu não terminei.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Deputado, a pauta foi previamente divulgada e nela constam a discussão e a votação do relatório. A questão de ordem de V.Exa. está indeferida.

Passo à Ordem do Dia para apreciação da seguinte pauta: discussão e votação do parecer do Relator, Deputado Laerte Bessa, à PEC 171-A, de 1993, e apensados.

Quero comunicar a todos os Líderes que terão o direito de utilizar a palavra pela liderança uma vez.

Concedo a palavra ao Deputado Weverton Rocha, pela Liderança do PDT.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Sr. Presidente, esta Casa, a cada dia, só me surpreende, porque o Regimento tem hora que serve para ser lido na íntegra e tem hora que não serve.

V.Exa. deu vista para toda esta Comissão na reunião passada, e a vista foi conjunta, e eu tenho vista desse relatório do Deputado Laerte Bessa — este relatório aqui.

O novo relatório do Deputado Laerte Bessa, que chegou hoje à minha mão, não foi entregue com a antecedência mínima de 24 horas, prazo recomendável para que se pudesse fazer uma discussão em nosso partido.

Senhores, nós estamos sendo aqui acusados de não querer votar a matéria. No entanto, os senhores vão ser acusados para o resto desta Legislatura de atropelarem uma discussão tão importante quanto esta. Os senhores vão ser acusados, sim, e sabem por quê? Não admito que venham me dizer, nesta Comissão, que ninguém aguenta mais discutir esse assunto durante 20 anos. Por que os senhores não tiveram paciência para discutir 40 sessões apenas nesta nova Legislatura? Não se alcançou nem 20 sessões e já encerraram a discussão e estão fazendo aí o *kit*. Isto não é obstrução, isto é o *kit* atropelamento para encerrar logo a apreciação da matéria na Comissão.

Não me venham agora dizer que esta Comissão já está madura para votar o que as vozes das ruas estão dizendo, primeiro porque se os senhores estiverem prontos para ouvir as vozes das ruas, nós vamos logo fechar esta Casa. Fecho-se o Congresso Nacional posto que V.Exas. estão tão interessados em ouvir as vozes das ruas. Exatamente neste momento tão importante, quando estamos ainda



formulando nossas ideias e opiniões, chega-se com *kits* prontos, não só de atropelamento, mas também com *kits* prontos para dizer que este é o sentimento da maioria e vamos passar, porque V.Exas., simplesmente, querem fazer jogo aqui de Governo. Nessa altura do campeonato, discutir o que é projeto de Governo, senhores, e o que é projeto de Oposição é apequenar um debate tão importante quanto este.

Aqui dentro, eu não tenho dúvida de que, além da posição de cada um que já existia desde o início, esse debate foi feito com pressa — inclusive os requerimentos que V.Exas. votaram não foram atendidos. Os requerimentos foram feitos para que conhecêssemos um pouco mais da matéria, para que visitássemos os presídios, as casas de detenção, para que analisássemos os programas, para que ouvíssemos e pudéssemos aprender mais, senhores.

Hoje mesmo, o pai da jovem que foi assassinada pelo Champinha, em São Paulo, veio aqui em outra Comissão — porque foi o jeito participar de audiências públicas de outras Comissões — para poder aprender mais sobre a matéria. Muitos aqui me acusam dizendo que penso desta forma porque não tive uma vítima dentro de casa. Então, foi um pai que veio para cá, vítima de um crime de repercussão nacional, Sr. Relator Laerte Bessa, dar sugestões, e são sugestões importantíssimas para o debate, sugestões que nós poderíamos, sem dúvida nenhuma, sair dando uma resposta e dizendo para a sociedade: "Olha, a segurança que nós tanto queremos, a punição que nós tanto queremos, podemos resolver aqui na alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente, mudando o art. 121, dando penas mais duras para os crimes hediondos e crimes contra a vida". Isto é o que no final todo mundo quer. Agora, para se chegar a esse entendimento diz-se simplesmente "Não, a maioria quer assim. Vamos lá, porque 80% querem, então tem que ser aprovado."

Senhores, V.Exas. vão levar uma discussão para o Plenário, onde vamos repetir esse atropelo, uma discussão que poderia, sim, ter esperado até agosto. Nós poderíamos ter feito as visitas técnicas, poderíamos ter feito as audiências aprovadas aqui, mas, não, não vai ser assim porque o Presidente da Câmara dos Deputados, simplesmente, fez o quê? Ele tuitou, dizendo que, no dia 30 deste mês, tem que ser votado, e aí vamos lá votar, porque ele está dizendo que tem que votar.



Em momento algum, ele respeitou a maioria de V.Exas. que estão trabalhando aqui. Ele poderia ter perguntado, no coletivo, se nós éramos a favor e se estávamos prontos para votar esta matéria, mas, não. Sabe o que ele vai fazer? A mesma coisa da reforma política. Mesmo que não vote aqui, já foi anunciado, vai levar de ofício para o Plenário e atropelar esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Pois não, Deputado, qual a questão de ordem?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Art. 202, §3º.

Quero dizer o seguinte: a Comissão tem que guardar o prazo de dez sessões para apresentação de emendas. Não é preciso chegar à 40ª sessão, não, é até 40 sessões. Então, a qualquer momento, depois das dez sessões, o relatório pode vir a voto.

Lembro inclusive que, no caso de recolhimento de menores, nenhum vai para a cadeia, nem para CDP, nem para as unidades que estão sendo citadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Muito obrigado, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Deputado Delegado Waldir, para que possamos dar celeridade aos trabalhos, o Deputado já usou o tempo como Líder, então vou dar continuidade à Ordem do Dia.

Informo que o parecer do Relator foi encaminhado a todos os membros da Comissão Especial, foi publicado na página da Câmara dos Deputados desde a noite de 9 de junho e foi concedida vista conjunta do processo, por duas sessões ordinárias, a todos os Deputados presentes à nossa última reunião.

Neste momento, volto a prestar alguns esclarecimentos acerca dos procedimentos que nortearão os trabalhos de discussão e votação do parecer do Relator nesta Comissão.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas terão a palavra na ordem de inscrição, alternadamente contra e a favor do parecer. É permitida a permuta de



inscrição, porém, aqueles que não se encontrarem presentes na hora da chamada, perderão definitivamente a sua inscrição.

O prazo para discutir a matéria é de 15 minutos para membros da Comissão e para Líderes e 10 minutos para os Deputados não membros.

Os Deputados que desejarem fazer a leitura de voto em separado deverão fazê-lo de acordo com a lista de inscrição e pelo prazo já estabelecido, não sendo permitido falar novamente. Os autores de voto em separado que não estiverem inscritos deverão encaminhar seu voto à Secretaria para inclusão dos trabalhos. Os requerimentos de destaque poderão ser apresentados até o anúncio da votação da proposição. Os requerimentos já apresentados aqui já foram todos deliberados.

Em discussão o parecer do Relator, Deputado Laerte Bessa.

V.Exa. tem a palavra pelo tempo que achar necessário.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - Um acordo para falar só 3 minutos.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Não tem acordo, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Não tem acordo, não, Sr. Presidente.

(Intervenções simultâneas. Ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - Então, está bom.

(Não identificado) - Acordo para aqueles que querem votar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Nós teremos cinco favoráveis e cinco contrários. Aqueles que são favoráveis à matéria e quiserem adiantar o trabalho não usam o tempo completo, aqueles que são contrários e quiserem usar o tempo completo, podem fazê-lo. Então, o acordo será feito com aqueles que são contrários e aqueles que são favoráveis.

Deputado Laerte Bessa com a palavra.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Sr. Presidente, Sr. Deputados, eu queria, neste momento, dizer para os senhores que procurei não me manifestar durante as 22 reuniões que nós participamos Nesta Comissão Especial, para que eu não pudesse comprometer ainda mais a solução de um problema tão grave do País hoje, a violência juvenil.



Estou aqui a dizer para vocês que estou decidindo hoje um novo parecer. Foi muito bem postado pelo colega Jutahy, do PSDB, um voto em separado, que eu aproveitei para terminar meu relatório e fazer algumas mudanças.

Nós aceitamos todas as proposições que vieram colaborar com o relatório final. Nosso posicionamento — o meu, pessoal, Laerte Bessa — talvez seja até diferente do que estamos colocando hoje, mesmo porque não posso impor a minha vontade em detrimento dos colegas.

Meu posicionamento que, anteriormente, era pela redução linear para todos os crimes, eu entendo ser um fator altamente entendido pela sociedade brasileira. O homem de 16 anos é capaz de entender o que é certo e o que é errado. O cidadão de 16 anos sabe muito bem distinguir e ter consciência do que é um ato ilícito e do que não é um ato ilícito, principalmente...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Sim, nós vamos votar. Eu tenho que expor isso aqui, Deputado, eu tenho que colocar isso aqui, para esclarecer.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Então, eu quero dizer para V.Exas. que, diante... Eu queria pedir para não ser interrompido. Eu não interrompi ninguém aqui e não quero ser interrompido. Eu prefiro não ser interrompido.

Então, eu quero dizer para V.Exas. que, neste século XXI, nós não podemos dizer que o menor de 16 anos é inimputável. Isto é um absurdo! É bom saber de vocês que, em 1916, a nossa Constituição já falava em menoridade relativa, falava muito bem na emancipação do menor de 16 anos.

Eu não vou me alongar, não. Eu vou começar a ler o relatório para dizer para V.Exas. que a minha convicção não é só de baixar de 18 para 16, não. Eu queria pegar mais um pouco, uma lasca desses menores bandidos, desses criminosos, que estão agindo, no País, hoje impunes.

Eu posso falar de cadeira sim, porque eu enfrentei, por 30 anos, bandidos perigosos, e grande parte desses bandidos era menor de idade. Eu sei o que eu passei na minha vida policial com esses bandidos que muita gente quer proteger hoje. Não sabem, nunca estiveram na rua para enfrentar um bandido, um delinquente dessa natureza que matou essa criança, matou uma criança, feriu



gravemente outra e atropelou mais duas, com estupros e torturas, o que aconteceu na cidade de Castelo do Piauí, no Estado do Piauí.

O nosso colega, Deputado Silas Freire, sabe contar muito bem esse caso. Perdoe-me, Deputado Silas Freire, por não poder dialogar mais sobre esse assunto. Depois V.Exa. vai passar para as pessoas o que aconteceu, pois V.Exa. sabe o que aconteceu lá no Piauí.

Eu vou complementar o meu discurso lá no plenário hoje, se Deus quiser. Se os Líderes me derem espaço, eu vou contar. Eu tenho muita coisa para contar para V.Exas.. Não vou falar mais para não atrapalhar a Ordem do Dia, Sr. Presidente.

Após a apresentação do parecer deste Relator, algumas sugestões foram oferecidas pelas Lideranças dos partidos políticos representados na Câmara dos Deputados, tendo em vista o aperfeiçoamento do texto do substitutivo por mim apresentado.

Após muito refletir e ao ressalvar minha posição pessoal no sentido de uma redução da maioridade penal mais rigorosa, fui convencido da necessidade de realizar alguns ajustes a fim de que se obtenha um texto que contemple as diversas posições políticas presentes nesta Casa, sem que isso deixe de atender aos anseios da sociedade brasileira pela justa punição criminal dos adolescentes em conflito com a lei. Estou decidindo uma situação.

Nesse sentido, reconheço que o clamor da população reside principalmente nos crimes graves praticados pelos adolescentes, tais como os crimes hediondos, homicídios, roubos e outros mais indicados na lei dos crimes hediondos.

Assim, acolho a modificação proposta no substitutivo originalmente apresentado, que representa o acatamento em parte da emenda muito bem colocada pelo colega Deputado Jutahy Junior.

Muito obrigado pela sua posição, Deputado Jutahy Junior. Nós vamos ao plenário e eu tenho certeza de que nós vamos aprovar a proposta. Vamos ao plenário, porque eu tenho certeza de que nós vamos ganhar, porque nós estamos unidos pelo Brasil, nós estamos unidos pela população brasileira, 90% do povo brasileiro exige essa nossa posição.

Eu vou ler aqui a nova minuta do projeto, da PEC 171:



“Art. 1º. O art. 228 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 228. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial, ressalvados os maiores de dezesseis anos nos casos de:

I – crimes previstos no art. 5º, inciso XLIII — crimes hediondos;

II – homicídio doloso;

III – lesão corporal grave;

IV – lesão corporal seguida de morte;

V – roubo com causa de aumento de pena — é o roubo circunstaciado, é o roubo agravado.

Parágrafo único. Os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos cumprirão a pena em estabelecimento separado dos maiores de dezoito anos e dos menores inimputáveis. (NR)

Art. 2º A União, os Estados e o Distrito Federal criarão os estabelecimentos a que se refere o art. 1º desta Emenda à Constituição.”

Em face do exposto, mantenho a conclusão do parecer original no sentido da admissibilidade das Emendas nºs 1 a 3, de 2015, e, no mérito, pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 171, de 1993, bem como das seguintes apensadas: PEC 37, de 1995, PEC 91, de 1995, PEC 301, de 1996, PEC 426, de 1996, PEC 531, de 1997, PEC 68, de 1999, PEC 133, de 1999, PEC 150, de 1999, PEC 167, de 1999, PEC 633, de 1999, PEC 377, de 2001, PEC 582, de 2002, PEC 64, de 2003, PEC 179, de 2003, PEC 272, de 2004, PEC 48, de 2007, PEC 223, de 2012 e PEC 279, de 2013, bem como pela aprovação em parte da Emenda nº 2, na forma do substitutivo em anexo; e pela rejeição: PEC 260, de 2000, PEC 169, de 1999, PEC 242, de 2004, PEC 345, de 2004, PEC 386, de 1996, PEC 228, de 2012, PEC 382, de 2014, PEC 321, de 2001, PEC 302, de 2004, PEC 489, de 2005, PEC 73, de 2007, PEC 125, de 2007, PEC 438, de 2014, PEC 85, de 2007, PEC 87, de



2007, PEC 399, de 2009; PEC 273, de 2013, PEC 332, de 2013, e das Emendas Parlamentares nºs 1 e 3 apresentadas nesta Comissão Especial.

É o relatório, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Muito bem, Laerte!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Observando a ordem das inscrições, concedo a palavra inicialmente, para falar contra o parecer, ao Deputado Jutahy Junior.

O SR. DEPUTADO JUTAHY JUNIOR - É lógico que eu me inscrevi na sessão anterior para ser contra o parecer, porque a proposta era de redução linear.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Era o parecer original!

O SR. DEPUTADO JUTAHY JUNIOR - Era o parecer original.

A partir do momento que o Relator colocou, até com muita humildade, muita sapiência, ao mesmo tempo, no seu texto novo: “*Após muito refletir e ao ressalvar a minha posição pessoal*” — no caso, a opinião pessoal dele —, S.Exa. acolheu grande parte da nossa Emenda nº 2. É óbvio que a nossa posição, a posição que tem o PSDB, é de aprovar o relatório do Deputado Laerte Bessa, nos termos em que foi apresentado.

Nós gostaríamos, obviamente, que a emenda toda nossa tivesse sido acolhida, mas o princípio da emenda está compreendido no novo relatório, e nós vamos encaminhar o voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Muito obrigado, Deputado Jutahy Junior.

Com a palavra...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Só um esclarecimento, Sr. Presidente!

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Presidente, questão de ordem!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Qual é a questão de ordem? Qual é a questão de ordem?

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - S.Exa. estava inscrito para falar contra e acabou de falar a favor. É só para V.Exa...

(*Intervenções simultâneas ininteligíveis.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Mas não...



(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Como, Presidente?

O Deputado Jutahy acabou de falar a favor, Presidente. S.Exa. mudou de posição!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Com a palavra o Deputado Arnaldo Jordy.

(Não identificado) - O Deputado é livre!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - A palavra está assegurada ao Deputado Arnaldo Jordy.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, eu queria uma informação objetiva sobre o encaminhamento que V.Exa. vai dar.

O Deputado Jutahy Junior acabou de dizer que se inscreveu em outro debate. S.Exa. era contra outra coisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Deputado Arnaldo Jordy, o.k.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - O debate real agora é a proposta que nós já recebemos com antecedência, o que foi argumentado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - É isto. Eu vou responder aqui a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - E queremos nos manifestar contrários ainda a essa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Deputado, V.Exa., pela experiência que tem aqui, como vários outros Parlamentares tão experientes quanto V.Exa., sabe que, muitas das vezes, o Parlamentar se inscreve, principalmente no plenário principal, para falar contra ou a favor, e chega lá e foge, inclusive, do encaminhamento. Aqui não vai ser diferente.

Com a palavra agora, para falar a favor, o Deputado Delegado Waldir.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quem está inscrito, Presidente? Quem mais está inscrito para falar contra?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Está na ordem. Está na ordem.

Com a palavra o Deputado Delegado Waldir.



O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, brasileiros e brasileiras, imprensa, eu gostaria de ser sucinto, não vou usar os 15 minutos a que tenho direito, mas eu percebi nas audiências desta Comissão, pelos debates que houve aqui, que a maior dificuldade de quem é contra a redução da maioridade penal é confessar que o ECA está falido.

O ECA faliu. O ECA não chegou ao seu fim. E por que não chegou ao seu fim? Não chegou ao seu fim, porque os Municípios, os Estados e a União não quiseram fazer isso e resolveram discutir esse assunto aos 48 do segundo tempo. Aí não tem jeito! Com certeza, a derrota vai ser certa.

E eu vi o Deputado comentar lá que foi atropelado, que os Deputados contrários foram atropelados. Vou dar uma sugestão para o Deputado: passe ali na Delegacia de Trânsito e registre a ocorrência. Não vai ter problema, não!

(Não identificado) - É o delegado que vai fazer a ocorrência?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Vou pedir ao Deputado Delegado Waldir que respeite os Parlamentares, mas também que os Parlamentares preservem o direito à palavra do Deputado Delegado Waldir.

Deputado Delegado Waldir, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Peço recomposição do tempo, Presidente.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não podem ofender os colegas. Vocês são novos aqui e não sabem disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Deputado, a palavra está garantida ao Deputado Delegado Waldir.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não pode ofender o colega.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - A palavra não está com V.Exa.

Com a palavra o Deputado Delegado Waldir.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Qual é o problema, colega? Está tentando me intimidar?

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Continuando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Não, Deputado, em hipótese nenhuma. Deputado, vamos...



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Presidente...

(Não identificado) - Quero saber qual é o delegado que vai lá comigo registrar ocorrência.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não é possível esse tipo de postura aqui dentro da reunião, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Deputado, vamos lá, vamos lá! Vamos continuar.

Com a palavra o Deputado Delegado Waldir.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Se me permitirem falar, serei rápido. Lembro aos colegas Deputados e à sociedade que está nos assistindo neste momento que, se nós quisermos ver um modelo diferenciado, podemos dar um pulinho nos Estados Unidos ou na Inglaterra, onde funciona sem dúvida nenhuma o modelo de redução da criminalidade, da maioridade penal.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Deputado, por favor, só um minutinho. Depois podemos debater.

Continuando então a minha fala, lembro aos Deputados que nós temos modelos excelentes nos Estados Unidos e na Inglaterra, e lá nós não vemos Comissões de Direitos Humanos nem ninguém reclamando que, pelo fato de adolescente de 13 ou 14 anos ter cometido um crime, ele vai ser preso, vai ser levado para um presídio e ali vai responder por sua conduta. Nós não vemos nenhuma manifestação. Apenas aqui no Brasil vemos uma minoria atrasada que quer trabalhar contrariamente.

Eu gostaria de saber, ao longo deste debate, onde estavam os defensores da redução da maioridade penal nos últimos 25 anos? Eu acho que estavam embaixo da mesa, escondidos, e vieram aqui correndo tentar resolver isso.

Nós não queremos resolver, Sr. Presidente, a questão da violência. Esse não é o foco. Mas queremos dizer que aqueles que erram devem ser punidos.

Vou ser muito rápido. Vou sugerir aos nobres Deputados que vão votar contrariamente à matéria que deem justificativa e peçam desculpas aos eleitores, porque vão votar contra a sociedade. Vão lá, peçam desculpas e justifiquem o seu voto!



É uma pena também, Sr. Presidente, o fato de que nós tivemos várias pessoas aqui discutindo o assunto, e não ouvimos o cidadão. Estiveram aqui juristas, assistentes sociais, psicólogos, mas os nossos eleitores não vieram aqui.

Eu gostaria de dizer que, se nós não temos educação, como disse o nobre Deputado agora há pouco, a culpa não é do cidadão, que está se ferrando lá com a violência; a culpa é dos Governos. Vocês devem bater à porta dos Governos Federal e Estaduais para reclamar a respeito disso.

Seria isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Muito obrigado, Deputado Delegado Waldir.

Para falar contra, com a palavra o Deputado Osmar Terra. (*Pausa.*) Ausente.

Com a palavra a Deputada Margarida Salomão.

V.Exa. tem até 15 minutos.

A SRA. DEPUTADA MARGARIDA SALOMÃO - Sr. Presidente, Sr. Relator, prezados colegas Deputados e Deputadas, sem nenhuma surpresa, vou fazer aqui a defesa de um voto que nesta Comissão é minoritário. Possivelmente, talvez, seja minoritário também no Plenário.

Quero lembrar a todas as senhoras e a todos os senhores que maiorias e minorias no Parlamento são eventuais. Elas constituem-se e se desfazem. Em relação a raciocínio majoritário, não é por ser um raciocínio majoritário que ele é mais justo. São exatamente prerrogativas no Parlamento as condições regimentais que garantem às minorias a sua expressão. Isso é fundamental para que nós tenhamos dentro do Parlamento um debate democrático.

Em segundo lugar, quero dizer que a disputa que se trava aqui, que é uma disputa de opinião, não é uma disputa que pode ser reduzida a uma oposição entre Governo e quem seja contra o Governo. Estamos discutindo aqui temas de grande importância e grande impacto: políticas de Estado e políticas de direito.

E aí eu quero inclusive discordar daqueles que acham que nós tomamos pouco tempo neste debate. Afinal de contas, há 20 anos o ilustre Deputado Benedito Domingos fez a sua proposta da PEC 171, e a fez com toda a legitimidade. Lembro que nós estamos neste ano comemorando 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente — ECA. Se isso pode parecer muito, em termos da nossa vida pessoal,



da nossa biografia, mas em termos históricos isso não é nada. Para que nós possamos apreciar uma política pública é fundamental que haja a oportunidade, prazo, para que essa política seja adequadamente avaliada.

Então, quando se diz aqui que nós poderíamos ter tomado mais algumas sessões fazendo debate, isso de forma alguma é uma manobra obstrutiva. Isso é de fato uma condição que a sociedade tem de permitir que se façam ouvir vozes divergentes.

Quero lembrar inclusive que em democracias consolidadas, como é o caso de um país que, pelo que eu escuto, é muito admirado neste Parlamento, como os Estados Unidos da América, não é simples fazer uma emenda constitucional. As emendas constitucionais são escassas, e na verdade pouco se tem mudado a Constituição americana, desde quando ela foi consagrada e promulgada. Então, se nós queremos buscar exemplos, essa é uma referência importante: não se fazem mudanças constitucionais por conta de flutuações nas maiorias ou de flutuações no universo de opiniões.

Quero dizer também, neste momento em que o nobre Relator deixou a Mesa, que considero o seu encaminhamento absolutamente meritório. Tenho absoluta certeza de que S.Exa. faz o encaminhamento com o aproveitamento inclusive da proposta da emenda do Deputado Jutahy Junior, porque S.Exa. entende que essa seja uma medida adequada no sentido da luta contra a violência e da diminuição da criminalidade no Brasil.

O meu ponto de vista, que tem a mesma legitimidade do ponto de vista de todos os senhores que neste momento constituem a maioria, é o de que, infelizmente, esse remédio não nos assegura a solução do problema que todos deploramos. A meu ver, o que nós estamos fazendo é um agravamento do problema. Não obstante haja quem tenha desconstruído ou deslegitimado dados de organismos institucionais, dados apresentados por instituições de pesquisa, dados que, de todo modo, merecem a nossa atenção, o que nós temos é que, nos países em que houve essa redução da maioridade penal — no momento nós estamos vivendo uma revisão invertida —, de fato, não se obteve diminuição da criminalidade, como era suposto. Ao contrário, em muitos casos nós tivemos o agravamento desse problema, o aumento dos índices da criminalidade.



Então, acho que este é um argumento forte o suficiente para nos levar a pensar se, na nossa luta contra a violência, essa será uma boa providência.

Além do mais, quero fazer um comentário a respeito desse universo dos crimes hediondos. Não tive a oportunidade de me manifestar, Deputado Laerte Bessa, por ter V.Exa. naquela ocasião se ausentado. Por isso, peço licença para repetir que considero que o seu relatório é emitido pelas razões mais meritórias. Tenho certeza de que V.Exa., assim como eu, desejamos que diminua a violência na sociedade e que diminuam os assustadores índices de criminalidade e de morte violenta que hoje nós constatamos no Brasil. O Brasil é campeão mundial de morte à mão armada. Isso é absolutamente alarmante!

Tenho a absoluta certeza que V.Exa. faz esse encaminhamento com esse espírito, com o espírito da redução, como V.Exa. inclusive disse, no sentido de melhorar o problema. Mas o que eu quero lhe dizer é que eu temo que a adoção dessa medida o agrave. Isso é o que eu quero lhe dizer, pelas razões e pelos dados que nós temos de outros países, que são dados comparáveis, dados importantes.

Quero dizer também que, dada a inexpressividade estatística da população alvo que nós alcançaremos, penso que essa é uma medida inadequada. Creio que, melhor do que isso, como tem inclusive já sido proposto por Parlamentares ilustres, como é o caso do Senador José Serra, que nós talvez pudéssemos evoluir para algo como a mudança no ECA, mudança não por conveniência política, mas mudança por necessidades já observadas inclusive por juristas, por especialistas, por assistentes sociais, por pessoas que trabalham na área e veem que, após 25 anos, essa legislação de fato deveria ser revista.

Então, acrescentando aos argumentos que já venho mencionando, que são argumentos negativos, quero lhe dizer que é uma temeridade, pela mudança da Constituição, colocar em risco a doutrina da atenção integral à criança. Há um débito imenso de parte do Estado brasileiro, qualquer que seja a sua instância federativa, com relação aos direitos das crianças e dos adolescentes. Isso deveria ser a nossa principal preocupação. Há um débito que tem que ser sanado.

Em relação a esses jovens que estão internados, que são alvo das medidas socioeducativas, que eventualmente poderão se tornar os sujeitos dessas punições, todas as estatísticas dizem que são os mais desescolarizados, são aqueles que



procedem das famílias mais desagregadas, são aqueles mais pobres, são aqueles que, inclusive por força do perfil da pobreza brasileira, são descendentes dos africanos escravizados que vieram para o Brasil.

Há uma injustiça histórica. Há uma injustiça histórica, repito. Nós queremos responder agravando a injustiça.

Vou fazer uma ponderação: que nós consideremos a possibilidade de mudar o ECA para enfrentar os problemas que levam da parte do Relator essa proposição, que eu considero inadequada pelos motivos que já mencionei. Acho que o jovem brasileiro é muito mais vítima do que algoz. Tratá-lo como principal agente de criminalidade é simplesmente ceder aos reclamos histéricos da mídia. Nós não podemos, sendo Parlamentares, com a responsabilidade que temos, de deixar de criar, de defender políticas públicas para o nosso povo.

Faço essa discussão independente de fronteiras partidárias. Muitos daqueles que convergem conosco, convergem comigo nessa posição, são legitimamente oposição ao Governo que eu apoio. Acho que isso é mais do que emblemático por conta da natureza da disputa que se está travando, que não é uma disputa política no sentido das disputas eleitorais. É uma disputa política, sim, mas que tem, como pano de fundo, aquilo que nós entendemos ser o melhor para a sociedade.

Partindo do princípio para o qual todos nós aqui convergimos, com uma visão republicana, no sentido de que nós queremos defender o bem comum, estou lhe fazendo a apresentação da minha opinião, que será também a do meu voto em separado. Quero, mais uma vez, argumentar junto aos senhores, junto a V.Exas., que talvez nós estejamos, com a boa intenção, adotando uma política que é absolutamente inadequada para alcançar os fins que se propõe.

Agradeço a atenção de V.Exas. e devolvo a palavra ao Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Agradeço à Deputada Margarida Salomão. Muito obrigado pela participação de V.Exa.

Com a palavra o Deputado João Rodrigues.

V.Exa. tem até 15 minutos para encaminhar a favor.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu gostaria de fazer um apelo: que me fosse dado o mesmo silêncio que todos nós estamos dando a todos que aqui se manifestam.



Primeiro, quero cumprimentá-lo pela condução dos trabalhos, Deputado Andre Moura e, da mesma forma, cumprimento o Deputado Laerte Bessa pelo seu relatório. É importante que os nobres pares observem bem a sua humildade, o seu gesto. V.Exa. é um homem que teve uma posição, em todos os momentos, firme e reta. V.Exa. abriu mão do seu pensamento pessoal para poder compor o relatório. Por quê? Porque o seu objetivo e o da maioria absoluta dos Parlamentares que aqui estão é o de avançar. Se não for do jeito que cada um de nós quer, pelo menos que se permita acabar com a impunidade neste País.

Eu o cumprimento pelo gesto de mudar o seu relatório, para poder compor um relatório, obviamente, também com as Lideranças do PSDB e dos demais partidos, para que no plenário nós possamos aprovar a redução da maioridade penal.

Da mesma forma, também tenho uma posição divergente do seu relatório. Na minha posição, entendo que para o jovem que comete um crime hediondo, que é um bandido de alta periculosidade, não há limite de idade. Para mim, com qualquer idade, a pessoa tem que ser presa para pagar pelo crime cometido.

Alguns Srs. Parlamentares em todo o instante insistem em dizer, em suas manifestações, que “*o sistema prisional brasileiro não recupera ninguém*”. Isso é uma grande verdade. Mas esperem aí! Pelo princípio da detenção, o sujeito é preso para pagar pelo crime cometido. É para pagar pelo crime cometido! Ele não está sendo detido para poder buscar uma recuperação, porque assassinou alguém. Não! Ele vai pagar a conta que ele deve perante a sociedade.

Num segundo momento, seria importante criar um sistema para que possamos, no futuro, reincluí-lo na sociedade. Mas o malfeitor, o assassino, independentemente da idade, cometeu um mal. O pai de família que ele eliminou, esse não terá direito a uma segunda chance.

É importante que possamos refletir sobre isso.

Houve manifestações aqui nesta Casa. Respeito os demais colegas. Recentemente, ouvi de um nobre Parlamentar e hoje de outro também suas posições, que respeito, mas quero ser muito prático.

Reducir a maioridade penal é também dar direitos.

Por exemplo, em relação a essa juventude que está aqui fora gritando, eufórica, que na semana passada estava agredindo Deputados aqui dentro, se



houvesse a redução da maioridade penal, ela estaria com carteira assinada, trabalhando nesta hora da tarde. Não estaria fazendo baderna aqui na Casa que representa o povo brasileiro. Estaria suando a camisa, como qualquer trabalhador. Talvez os pais desses jovens estejam em diversos empregos — são motoristas de ônibus, operário, pedreiro, empresário —, suando a camisa para pagar o estudo no final do mês, para comprar, quem sabe, um tênis talvez até de marca. Mas, se cada um tivesse carteira assinada e um emprego fixo, podem ter certeza absoluta de que estaríamos formando um cidadão muito mais qualificado e mais preparado.

Se voltarmos ao passado, observaremos que o ECA teve avanços e retrocessos. Quando criança, lá no meu glorioso Rio Grande do Sul, meu Deputado Perondi, eu andava 5 quilômetros a pé para poder ir à escola, levando uma batata doce como merenda, porque, naquela época, não havia merenda escolar. Sou do tempo do regime militar. Eu era criança, e o meu pai foi preso político. Sei das perseguições pelas quais se passou naquele período. No entanto, era um tempo em que se dormia de porta aberta, e ninguém invadia a casa de ninguém. Poderíamos voltar ao passado e lembrar as coisas boas que havia. Eu sou de um tempo em que um garoto de 10 anos, como eu, ia à roça para aprender a plantar milho, aprender a capinar. Com 12 anos, em Nonoai, eu trabalhava em restaurante, fazendo x-salada para ganhar um salário por mês. Vim de família humilde, andei por este País afora, para estar onde estou. E todos nós temos exemplos de que serviço, trabalho, nunca fez mal a ninguém!

Então há avanços e retrocessos. Por isso, acredito que esta sociedade brasileira só vai melhorar quando mudarmos a legislação e começarmos aqui pela redução da maioridade penal.

Esse discurso, com todo o respeito, que alguns Parlamentares jogam contra aqueles que são a favor da redução, de que isso é populismo e de que são aproveitadores, é a mesma coisa que dizemos a cada um dos senhores que quem defende bandido anda junto com bandido. Seria mais ou menos isso. Os senhores têm uma opinião divergente da nossa. Mas respeitem a nossa opinião! Respeitem a opinião de 90% dos brasileiros, que estão cansados dessa impunidade.

Se o sistema prisional não é o adequado, não somos nós Deputados que construímos presídios. Mas são os governos que têm que ter prioridades, criar um



sistema carcerário adequado. Um preso que custa entre 6 e 7 mil reais por mês tem que trabalhar para se sustentar dentro desse sistema arcaico.

Meus amigos, poderíamos nominar uma centena ou duas centenas de tantos crimes covardes que ocorreram nesta sociedade, que nós estamos testemunhando. Eu ouvi depoimentos de Parlamentares. A nobre colega aqui se manifestou com muita propriedade, com detalhes. Mas dizer que é uma vítima o jovem que arrastou aquele garoto no Rio de Janeiro, que debulhou aquela criança no meio do asfalto; dizer que é uma vítima aquele jovem de 17 anos que, recentemente, em Santa Catarina, lá em São José, entrou numa casa e matou um pai de família que fazia o jantar para os seus filhos e, em 90 dias depois, foi preso de novo, assaltando um ônibus... Que vítima é essa? Não é vítima, é mau-caráter! Se tivesse começado a trabalhar com 14 anos de idade não teria tido tempo para ir para o mundo das drogas.

Se quiserem fazer comparações, vamos lá. A Indonésia, Sr. Presidente, que foi muito criticada recentemente porque tem 130 pessoas no corredor da morte por tráfico de drogas, esse país tem um índice de homicídios infinitamente menor do que o do Brasil. Crimes cometidos por menores praticamente inexistem.

Então, se nós tivermos que comparar, vamos decretar a pena de morte no Brasil. Não é isso que nós queremos, mas, inevitavelmente, no futuro, é disso que nós falaremos. Os nossos delegados que aqui estão sabem que o maior número de homicídios e assaltos é ocasionado pelo envolvimento com o tráfico de drogas. Se nós ficarmos aqui falando do mesmo assunto, experimentado e discutindo o mesmo assunto, isso é o mesmo que *"chover no molhado"*.

Graças a Deus, estou com a minha consciência tranquila, assim como cada Parlamentar que aqui está. Não é jogar para a torcida, mas é defender os interesses de um povo que está cansado de impunidade. A população não suporta mais ver um bandidinho vagabundo, de 16 anos de idade, às vezes de 15 anos, com um revólver calibre 38 na mão, batendo na cara de um pai de família e, quando, não, assassinando-o covardemente, sem piedade.

Por isso, quero cumprimentar mais uma vez os nobres colegas e concluir todos aqueles — porque indeciso aqui não há ninguém, em dúvida não há ninguém — que têm o desejo de votar contra a redução da maioridade penal para parar e



pensar nas vítimas, mas nas vítimas de verdade, não nas vítimas fabricadas no intelectual de cada um. Parem e pensem naquele pai, naquela mãe, naquele filho, naquele cidadão. Como disse um colega, “*pau que bate em Chico bate em Francisco*”. Ou seja, o menor que mata um hoje vai matar outro amanhã. E o de amanhã pode ser qualquer um de nós ou pode ser qualquer um dos nossos familiares. Deus queira que nunca chegue perto, mas, se chegar, que o delegado tenha liberdade de prendê-lo e colocá-lo no fundo da cadeia, que é o local de bandido de alta periculosidade.

Por isso, o meu voto é a favor do parecer do Relator. Vamos reduzir a maioridade penal, para acabar com a impunidade neste País, acabar com a violência e fazer com o que o cidadão brasileiro se sinta brasileiro de verdade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Muito obrigado, Deputado João Rodrigues.

Para falar contra, com a palavra a Deputada Erika Kokay.

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Há muitos Parlamentares, Deputada, que gostam e que querem vir a esta Comissão debater. O espaço é pequeno, mas V.Exa. tem até 15 minutos para encaminhar contrariamente à matéria.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - A Deputada Maria do Rosário gentilmente me cedeu o seu lugar.

Sr. Presidente, começo fazendo uma saudação muito especial e muito solidária ao Vereador Ari, que está aqui conosco. Há 12 anos ele perdeu a sua filha adolescente e hoje defende com muita convicção que nós temos que reformar, modificar, discutir, debater e atualizar o Estatuto da Criança e do Adolescente. Ele entende, com a generosidade talhada e construída na dor, mas também no sentimento e na lucidez, que é necessário que nós possamos compreender as verdadeiras causas da própria violência.

Diferentemente do Deputado Delegado Waldir, eu quero acabar com a violência no Brasil. Quero acabar com a violência no Brasil. Quero acabar com a



violência. Penso que a sociedade diz isso ao estar apontando o seu desejo inequívoco de acabar com a violência.

Alguns dizem que é preciso dar voz ao sentimento da própria sociedade. Eu digo que a redução da maioridade penal, apontada majoritariamente em pesquisas, esse senso comum que muitas vezes é construído com a espetacularização da própria violência, não é um fim em si mesmo.

A sociedade quer acabar com a violência. Por isso, ela diz que é preciso que se faça alguma coisa. Nós estamos aqui dizendo que é preciso que se faça alguma coisa, na perspectiva de que nós possamos enfrentar as verdadeiras causas da violência e construir um país onde nós não tenhamos medo nem das noites nem das ruas, porque nem as ruas foram feitas nem as noites existem para que nós possamos temê-las. Nós queremos uma sociedade em que não tenhamos medo de que nossos filhos não voltem para casa.

Por isso, nós não queremos o recrudescimento dessa violência. Muito aqui se fala do ECA. Eu digo que existem elementos no ECA que nós deveríamos estar discutindo aqui a necessidade de que fossem cumpridos. A nossa Constituição assegura como prioridade absoluta, e é a única prioridade constitucional absoluta, a criança e o adolescente para a família, para o Estado e para a sociedade.

Portanto, nós deveríamos estar aqui dedicando as nossas energias para assegurarmos essa prioridade absoluta, a fim de que as políticas para crianças e adolescentes pudessem ser prioridade e tivessem a centralidade das agendas governamentais. Nós deveríamos estar discutindo aqui que medidas iríamos tomar para responsabilizar os gestores que não aplicam e não investem em creches, que não investem em políticas de cultura, em políticas de educação, em educação integral. Deveríamos estar discutindo o que nós faríamos com esses gestores que acham que é mais importante muitas vezes o asfalto do que a educação; que não entendem que uma educação de qualidade é a segurança para que tenhamos outras políticas públicas de qualidade; que não conseguem escutar o que sabiamente foi falado por Paulo Freire, que, se a educação não resolve tudo, sem ela, não resolvemos nada.



Por isso, penso que as energias deste Parlamento são energias que estão se concentrando com a falta ou com a leniência analítica, em que os dados são peremptoriamente desprezados.

Aqui ninguém considera que nós temos uma violência diminuta provocada por adolescentes. Alguns dizem: “Ah, mas são só 8% dos crimes que são elucidados”. Eu digo que, desses 8%, menos de 1% é promovido ou tem como protagonistas os adolescentes. Isso não é considerado.

Cria-se um mito e se distorce a realidade. Há um grande filósofo que diz que, quando ignoramos a realidade, a realidade vai nos ignorar, e nós perdemos a oportunidade de transformá-la ao ignorá-la.

Portanto, foram construídos mitos através de uma espetacularização, e penso muitas vezes que essa espetacularização é para impedir que a sociedade reflita sobre as verdadeiras causas da violência, para que ela possa enfrentá-las. Muitas vezes penso e o senso comum também sabe que essa redução da maioridade penal, que vai jogar adolescentes de 16 anos em cadeias, não resolve os problemas da violência no Brasil, porque, se isso resolvesse, Deputado Alessandro Molon, nós teríamos uma sociedade extremamente pacífica. E nós não temos. Nós estamos tendo a terceira maior população carcerária do mundo! Mais de 700 mil presos nós temos neste País! Nós sabemos que esse sistema carcerário tem uma reincidência de mais de 70%. Nós tivemos a oportunidade de escutar a responsável pela Fundação Casa, do Estado de São Paulo. Ela disse aqui que a reincidência de adolescentes em cumprimento de medidas de internação chega a 13%. E eu diria: nós queremos acabar com a violência, e os presídios brasileiros não têm dado conta de enfrentar essa violência. Os presídios brasileiros aprofundam o conflito com a lei. Eles aprofundam o conflito com a lei. São nesses presídios brasileiros que existem os grupos organizados, que seguramente irão aliciar esses adolescentes na perspectiva de aprofundar a sua trajetória de conflito com a lei.

É preciso que nós entendamos os dados e possamos tirar os fantasmas dos fatos. Nós não temos uma impunidade no que diz respeito aos adolescentes. Nós temos adolescentes que estão indo para a prisão, porque as unidades de internação são prisões. Aí, se fala: “São só 3 anos!” Vamos discutir o tempo, então, de internação. Vamos discutir! Mas é preciso lembrar que 3 anos de internação, 3 anos



de internação, repito, equivalem a um prazo muito maior, se houvesse essa sentença para um adulto. Um homicídio simples pode ter uma pena de 6 anos, e esse adulto pode sair dessa prisão e progredir a medida com 1 ano de cumprimento em regime de internação. Aos adolescentes, são 3 anos. E eu digo: mas o que nos vale encarcerar essas pessoas e depois elas voltarem para a sociedade com um sentimento de raiva social muito intenso e sem interrupção da sua trajetória infracional? O que nos vale gastar recursos públicos, que aqui já foram comentados, para que nós tenhamos as pessoas mais aprofundadas nessa relação com crime, com delito ou com conflito?

Por isso é preciso que possamos desmitificar a impunidade, porque ela não é real. Ela não é verdadeira. Os adolescentes recebem a sentença encarcerados, encarcerados! Ao passo que nós temos vários adultos que estão recebendo ou esperando a sentença em liberdade. Os adolescentes são encarcerados.

Seria bom que todos nós conhecêssemos as unidades de internação, para que nós pudéssemos formar de fato um valor, e conhecêssemos também os presídios no nosso País. Digo isso porque tivemos hoje a participação de um Subsecretário aqui do Distrito Federal, que, antes de ser Subsecretário do Sistema Penitenciário aqui do Distrito Federal, defendia a redução da maioridade penal. Ao entrar em um presídio e ver celas que deveriam ter 8 pessoas abarrotadas com 22 pessoas, sem qualquer tipo de atividade, mudou a sua própria posição.

Mas esta Comissão, de forma abrupta, não teve a oportunidade de traçar um diagnóstico que não fosse pautado na vingança. Ao Estado não cabe o sentimento de vingança. O sentimento de vingança corrói, destrói o Estado Democrático de Direito.

Nós queremos uma sociedade em que esses adolescentes possam interromper a sua trajetória infracional, possam ressignificar as suas vidas. Aqui se fala do ECA. Eu diria que o nível de reintegração harmoniosa desses adolescentes à sociedade é um indício de como são acertadas as medidas socioeducativas, de como são acertadas. E a reincidência é maior quanto mais a unidade de internação se aproxima a um presídio. Quanto mais ela entra na lógica prisional, menos ela recupera.



Esses são os dados. Esses são os dados. Alguns dizem: “*Ora, mas os adolescentes sabem o que fazem*”. Nós não estamos discutindo isso. Nós estamos discutindo que eles estão numa fase peculiar de desenvolvimento. Todos nós já fomos adolescentes, todos nós, todos nós! E nós sabemos. E sabem muito bem aqueles teóricos e os educadores. Piaget fala dessa questão. Piaget fala sobre as etapas de desenvolvimento da própria maturidade das pessoas, das crianças e dos adolescentes. Vygotsky fala sobre isso na psicologia do desenvolvimento. É uma fase peculiar da vida. E saber que essa é uma fase peculiar da vida possibilita que nós tenhamos condição mais favorável de rever e ressignificar a vida desses adolescentes.

Alguns dizem aqui: “*É preciso punir!*” E bradam: “*É preciso punir!*” Essa lógica punitiva fez do Brasil um país com mais de 50 mil mortes todos os anos, e nós queremos enfrentá-las. Mortes que não são provocadas pelos adolescentes decerto. Se é 1%, é 1% dos adolescentes em conflito com a lei, é 1% dos adolescentes, esses 0,017% que estão em medida de internação. Nós temos que ter políticas voltadas para esses adolescentes.

Precisamos entender a realidade que nós estamos vivenciando e que nós, muitas vezes, não a enxergamos pelo sentimento de vingança, porque a bala não resolve tudo. A bala não resolve tudo! A bala não verga a humanidade! A bala não resolve tudo.

Há bandeiras, inclusive há bandeiras sob a pele, como diz o poeta, que precisam ser consideradas. Nós precisamos construir uma sociedade em que nenhum adolescente ou nenhuma criança seja vítima da ausência do próprio Estado. Que nós construirmos uma sociedade em que todos os dias não tenhamos que ver a sociedade ou as televisões imporem um consumo como instrumento de validação social.

Que sociedade é essa? Uma sociedade que estimula o consumo e que nega o consumo, que todos os dias diz: “*Consuma para eu te respeitar*”. Uma sociedade que associa a coisa à felicidade e impede que as pessoas vivenciem a sua própria humanidade. Essa sociedade em que não há espaço para as políticas culturais, em que não há relações comunitárias protegidas, essa sociedade que estimula e, ao mesmo tempo, nega o consumo e faz com que 65% dos adolescentes entrem na



vida infracional por crime contra o patrimônio, por crime contra o patrimônio pelo celular, pelo tênis, pelo casaco. Como se a vida valesse isso!

E nós não vamos abordar nenhum desses aspectos — nenhum desses aspectos! — simplesmente reduzindo a maioridade penal, simplesmente dizendo: “*É preciso escutar o grito das ruas!*” E eu digo: “*É preciso escutar os gritos das ruas!*” E os gritos das ruas indicam que a sociedade já não suporta a violência.

Sr. Presidente, há exemplos, e eles são fartos. Há o exemplo estadunidense que indica que a redução da maioridade penal aumentou o nível de violência. Há exemplos de vários países nesse sentido. Nós não podemos não considerar esses dados, nós não podemos desprezá-los, porque nós estamos aqui discutindo qual é o país que queremos, nós estamos aqui discutindo se queremos o Estado vingativo, o Estado que vocifera o ódio ou se queremos o Estado que constrói a cidadania e a própria humanidade.

Eu, e encerro com isso, não conheço nenhum adolescente que não tenha sido vítima antes de ser vitimizador, vítima da ausência de políticas públicas, vítima de tratamentos para drogadição, vítima de abandono familiar. Há uma série de questões que precisam ser enfrentadas.

(Manifestações no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Muito obrigado, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Uma última frase.

(Manifestações no plenário.)

(Não identificado) - Sr. Presidente, 15 minutos é mais do que suficiente. Espera aí!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Está bem, Deputado. Por favor.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Por isso, Presidente, não é intolerância o que este País quer.

(Não identificado) - Nós somos vítimas desse discurso.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não é ódio o que este País quer. O que este País quer é paz.

(Não identificado) - Deixem a Deputada falar.



A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O que este País quer é uma sociedade!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Muito obrigado, Deputada.

Para falar a favor, com a palavra o Deputado Delegado Edson Moreira, por até 10 minutos, por não ser membro da Comissão.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Sr. Presidente, primeiramente, quero dizer que vesti um terno novo para vir falar nesta Comissão, a fim de festejar este dia em que a redução da maioridade penal vai passar e vai ao plenário. A população está clamando e está pedindo por isso há muitos anos. Vou ser breve, porque já me deram uma dura aqui atrás.

O ECA foi votado em um momento de comoção social, pós-Governo militar. E, agora, com o tempo houve a necessidade, quando o pessoal caiu em si, de rever isso tudo. A cultura americana e a cultura inglesa são a mesma coisa. O modelo inglês de menoridade seria o ideal para nós, mas está bom do jeito do que está.

Sr. Presidente, eu não sou situação e nem oposição, muito pelo contrário. Eu sou pela igualdade de direitos da população ordeira e pelo direito à vida. Eu prefiro ver os menores no fundo na cadeia a ver os cemitérios cheios de cadáveres de gente honesta e trabalhadora e de jovens que estão morrendo na mão desses bandidos.

O Governo do PT prometeu dez presídios federais, construiu quatro e deve seis, mas até agora, infelizmente, nem fala no que vai construir porque viu que o negócio é mais embaixo.

Eu gostei da fala da colega sobre o Sr. Ari Friedenbach, que está aqui presente. Eu ouvi muitas vezes o Sr. Ari Friedenbach defender, com lágrimas nos olhos, chorando, a redução da maioridade penal, por causa da sua filha Liana. Eu defendi muito a memória dela para que os criminosos fossem punidos realmente.

Eu vi isso muitas vezes, porque fui policial em São Paulo. Os cemitérios e crematórios brasileiros estão cheios de pessoas honestas, trabalhadoras e pagadoras de impostos. Eu acho que a responsabilização tem que ser...

Por que está olhando para mim? Posso? (Pausa.)

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, nós estamos aqui com convidados.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, é antirregimental se dirigir a pessoas que não estão no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Com todo o respeito, eu vou pedir ao Vereador, que recebemos e acolhemos, que se sente no local adequado. O Parlamentar não pode ser constrangido. Entre o Parlamentar e o convidado, eu vou defender aqui o Parlamentar.

Então, por favor, sente-se aí.

O Deputado está com a palavra assegurada.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Já concluo, Sr. Presidente. Para não ser mais polêmico, eu vou rebater o que falou aqui a minha colega Parlamentar participativa e combativa. Os menores são responsáveis por 10% do total de assassinatos no Brasil e por 7% nos Estados Unidos.

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Bom, podem ser 30%, mas aqui no Brasil são 10%. De 50 mil vidas 5 mil poderiam ser poupadadas, se a redução da maioridade penal já estivesse em vigor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Eu que agradeço ao Deputado Delegado Edson Moreira.

Para falar contra, concedo a palavra ao Deputado Sérgio Vidigal. (*Pausa.*) O Deputado Sérgio Vidigal não se encontra presente.

Concedo a palavra ao Deputado Darcísio Perondi. (*Pausa.*)

Desculpe-me, Deputado Sérgio Vidigal, eu não tinha visto V.Exa.

O Deputado Sérgio Vidigal e o Deputado Darcísio Perondi vão falar contra a matéria. Em seguida, para falar a favor, concederei a palavra aos Deputados Silas Freire e Sandes Júnior.

Deputado Sérgio Vidigal, V.Exa. tem até 15 minutos.

(Não identificado) - Sr. Presidente, eu estou inscrito.

(Não identificado) - Sr. Presidente, como é que vai ficar a ordem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Eu estou cumprindo a ordem de inscrição.



(Não identificado) - V.Exa. vai deixar que todos falem a favor e contra? Só quero perguntar qual vai ser a ordem, como é que V.Exa. vai fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Nós temos um requerimento de encerramento de discussão. Completando cinco favoráveis e cinco contrários, eu colocarei o requerimento de encerramento de discussão em votação.

(Não identificado) - Sr. Presidente, mas eu estou inscrito e acreditava que eu seria depois da Deputada Erika Kokay.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Não.

(Não identificado) - Na inversão com o Deputado Delegado Waldir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - A ordem aqui, Deputado, com a inversão que foi feita, é a seguinte: Deputado Delegado Waldir, Deputado João Rodrigues, Deputado Delegado Edson Moreira, Deputado Silas Freire, Deputado Sandes Júnior, Deputado Alberto Fraga. Depois, seria o Deputado Delegado Waldir, mas com a inversão, passou a ser V.Exa.

Com a palavra o Deputado Sérgio Vidigal.

V.Exa. tem até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Deputado Andre Moura, nosso Presidente, quero cumprimentá-lo. Quero cumprimentar o nosso Relator, o Deputado Laerte Bessa. Quero saudar e cumprimentar os colegas aqui presentes e saudar a imprensa.

Sr. Presidente, eu sou um Parlamentar de primeiro mandato. Tenho exatamente 4 meses de mandato. E, evidentemente, nós temos convicção de que a questão da violência é um debate que a sociedade está fazendo.

Mas eu quero aqui, Sr. Presidente, primeiro, falar sobre a minha vinda para a Comissão. Eu vim pelo meu partido, pelo PDT, mas lembro que este debate não é exclusivamente partidário, mas sim um debate, creio eu, de grande responsabilidade e compromisso de cada um de nós pela nossa decisão. Ao assumir a minha vaga aqui nesta Comissão, eu queria, num primeiro momento, lamentar a conduta da nossa Mesa. Logo no início, colocou-se que os primeiros requerimentos para as audiências públicas seriam atendidos. Foram aprovados cem requerimentos, e tivemos somente doze audiências.



Eu quero aqui fazer esse registro, porque nós que não tínhamos convicção de que a redução da maioridade penal por si só seria a solução. Por isso tivemos o cuidado de convidar também aqueles que foram vítimas de menores, de adolescentes neste País. E nós convidamos, na oportunidade, o Dr. Ari, Vereador de São Paulo. Infelizmente, por orientação superior, a Mesa resolveu encerrar os trabalhos. Vejo isso com muita tristeza, porque nós temos compromisso com a sociedade e com o eleitor. E eu não fui eleito pelo Presidente desta Casa, eu fui eleito pelos 162 mil capixabas que me trouxeram para esta Casa de Leis.

Então eu quero aqui, Sr. Presidente, dizer primeiro da minha indignação por essa forma de condução. Sabíamos desde o início que a maioria dos membros da Comissão era favorável à redução da maioridade penal. Já vieram para esta Comissão com a decisão da redução da maioridade penal. Mas aqui nesta Comissão, eu também alterei muito o meu pensamento, a minha forma de agir, a minha forma de pensar. Cada debate tem sido enriquecedor para cada um de nós.

Por exemplo, temos observado que começaram a surgir novas alternativas, novos posicionamentos, inclusive do Senador José Serra, de que nós poderíamos, alterando o Estatuto da Criança e do Adolescente, atender a demanda da sociedade, que clama pela redução da violência. E, quando eu falo sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, Sr. Presidente, é porque não é somente reduzindo a maioridade que vamos acabar com a violência, principalmente a que é praticada pelos menores, neste País. Temos muita convicção em relação a isso. Recentemente foi aprovada a Lei Maria da Penha, mas, no meu Estado, nunca se matou e nunca se agrediu tanta mulher quanto depois da aprovação da Lei Maria da Penha. O problema do Brasil não é a falta de lei. O problema do Brasil é a impunidade, é o não cumprimento das leis. Esse é o problema do nosso País.

E, nesta Comissão, Sr. Presidente, nós começamos a discutir e a debater, e eu fico muito triste com a interrupção dos trabalhos, porque tenho convicção de que não há ninguém nesta Comissão que seja favorável à violência, muito menos à violência praticada por menores. O que nós estamos querendo aqui é buscar um mecanismo para que possamos realmente dar à sociedade uma resposta à altura da sua expectativa. Lógico, se fosse por interesse eleitoral, eu já chegaria aqui dizendo



que era favorável à redução da maioridade penal, porque a pesquisa mostra que é isso que a maioria da população deseja e tem interesse.

Então, Sr. Presidente, eu quero aqui colocar uma posição não de crítica, de enfrentamento. Há hora em que eu fico até com medo de falar aqui, porque, se não se é a favor daquilo que a maioria quer, tem-se a impressão de que querem expulsá-lo daqui. Esses dias eu falei para um Parlamentar: “*Nós somos Deputados. Aqui não há delegado, capitão, coronel; isso é lá fora. Aqui somos todos iguais, somos todos Deputados. E temos que respeitar o posicionamento de cada um*”. (Palmas.)

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Eu gostaria que o Deputado me respeitasse, porque ele não é delegado aqui dentro.

(**Não identificado**) - Sr. Presidente, tem que respeitar as falas dos...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Eu vou pedir ao Deputado Alberto Fraga para que, por favor, possamos, obviamente, concluir os trabalhos aqui nesta Comissão, dentro da maior normalidade possível.

Deputado Sérgio Vidigal, V.Exa. tem o direito à palavra, ela lhe está assegurada. Se necessário for, eu darei mais 1 minuto a V.Exa.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO VIDIGAL - Eu quero deixar bem claro que não vim aqui para fazer nenhum tipo de enfrentamento. Muito pelo contrário, eu tenho responsabilidade para com este mandato que me outorgaram. E quero aqui ter consciência e convicção naquilo que eu vou votar. Eu gostaria que me respeitassem por isso, porque eu sou médico, sou psiquiatra e, em nenhum momento, coloquei a minha profissão e o meu conhecimento psiquiátrico no debate sobre a questão do adolescente. E nós sabemos muito bem que o adolescente sabe o que está fazendo, mas o sistema límbico dele funciona de forma diferenciada. Mas não estamos indo para esse debate; nós estamos debatendo a PEC 171.

Eu quero aqui, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, deixar bem claro que seria um momento histórico para esta Casa realmente construir uma proposta importante. A proposta aqui não é somente reduzir a maioridade penal. A proposta aqui é combater efeito? É, mas principalmente combater as causas. Eu vejo aqui Parlamentar falando que o modelo da Inglaterra é maravilhoso. Eu queria dizer ao



Parlamentar que o aluno na Inglaterra não estuda de manhã e trabalha à tarde, não; ele estuda o dia inteiro. Entre 90% e 95% dos alunos lá são da rede pública. Então, não vamos querer comparar com a Inglaterra o modelo do nosso País, que, infelizmente, está muito atrasado, muito arcaico. Não quero aqui culpar quem é o grande responsável, porque este País teve vários Presidentes, vários dirigentes. E educação não se faz do dia para a noite; educação é uma construção.

Creio que nós estamos perdendo uma oportunidade. Ouvi aqui a Presidenta da Fundação Casa dizer que um menor interno custa, em média, 8 mil reais por mês. Ouvi aqui alguém do sistema prisional dizendo que um preso custa, em média, 4 mil reais por mês. E, com a educação integral, aumentaria somente 500 reais por mês. E, com certeza, nós teríamos uma sociedade mais justa, mais digna, com cidadania.

Então, Sr. Presidente, antes de encerrar, eu queria dizer que vi a *Veja* desta semana. Eu fico preocupado, porque, exatamente esta semana, no momento em que esta Casa está discutindo um tema tão complexo, a manchete de capa da revista é a seguinte: “*Vão ficar impunes*”? E ouvi aqui vários Parlamentares dizendo que reduzir a maioridade penal é acabar com a impunidade. Mas, ao ver a *Veja*, eu me lembrei de 1993.

O Deputado Benedito, autor da PEC 171, protocolada nesta Casa, no mês de agosto, sabe que a *Veja*, no mês de julho de 1993, publicou matéria, sob o título: “*A chacina das crianças da Candelária*”.

Aqui, Sr. Presidente, relata que oito menores foram assassinados. O que eu acho interessante é que esse processo de ódio, de rancor, não é novo, não. Quando disponibilizaram o telefone para denúncia, para saber quem seriam os responsáveis — nós sabemos quem foram os responsáveis pela chacina —, das primeiras 25 pessoas só duas denunciaram a matança, o restante ligou para festejar a brutalidade. Diziam coisas do tipo: “*Deviam ter matado todos*”. “*Esses pivetes têm que morrer*.” “*Ainda foi pouco. Deveriam arrancar a cabeça deles*.”

A *Veja* publicou essa matéria há 22 anos e colocou que uma jornalista da CBN, ao fazer o comentário, disse o seguinte: “*As crianças geralmente dormem com os anjos. No caso das que estavam na Candelária, elas acordaram com os anjos*”.



Uma ouvinte ligou para protestar e disse: “*Você confundiu, minha filha. Não são anjos, são demônios*”.

Então, eu quero deixar bem claro que essa visão não é nova. Eu acho que era o momento para debater o assunto. De 1993 para cá, a única coisa que fizeram foi apresentar uma PEC para reduzir a maioridade penal. De lá para cá, não se fez nenhum projeto, nenhuma proposta para dar direito à infância.

Eu estou aqui, Sr. Presidente, utilizando esse tempo, porque uma senhora chamada Ivone, esposa de um dos proprietários da Rede Othon, lá do Rio de Janeiro, disse o seguinte: “*O que este País está fazendo com a sua infância?*” Essa chacina não foi a primeira nem a última, não.

Deputado Benedito, antes de 1993, antes de V.Exa. apresentar a sua PEC, houve a chacina das crianças de Acari, 11 menores foram assassinados — até hoje não se sabe quem fez isso; a chacina da Cinelândia; a chacina lá no Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo — até hoje não se sabe quem fez isso. Estão falando em impunidade. Mas eu queria dizer aos Deputados que todos sabem quem cometeu a chacina, mas até hoje todos estão impunes. Alguns foram até julgados, mas todos ficaram impunes.

Então, quero colocar aqui nesta Comissão que não é somente reduzindo a maioridade penal que se vai acabar com a impunidade neste País.

Sr. Presidente, quero agradecer a oportunidade. Muito obrigado pela atenção. Que Deus possa nos dar sabedoria e discernimento, porque esta Casa está precisando muito da presença de Deus para que possamos realmente escolher o que é melhor para o povo brasileiro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Eu que agradeço ao Deputado Sérgio Vidigal.

Passo de imediato a palavra ao Deputado Silas Freire. S.Exa. tem até 15 minutos para falar favoravelmente à matéria.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Não usarei o tempo todo porque o Brasil não pode mais perder tempo para aprovar a maioridade penal, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, eu queria parabenizar V.Exa. e o Relator pela condução dos trabalhos. Nós não poderíamos e não podemos prorrogar mais essa discussão,



porque senão nós vamos ter que nos acostumar a ouvir mentiras aqui, Sr. Relator.

Tentaram enganar esta Casa e o povo do Brasil com números fictícios de zero, zero, zero, zero! É mentira! A própria mídia veio agora desmascarar esses números mentirosos. Nós não vamos perder mais tempo.

É mentira também esse número de reincidência de menores ressocializados. Eles não voltam para o sistema porque eles são assassinados! Eles são recrutados pelo crime, movidos pela sensação de impunidade e lá, no crime mesmo, eles morrem e não voltam para os CEMs, para as casas de ressocialização. Por isso é que os números são fantasiosos. Nós não podemos esperar.

Eu quero só usar o tempo que tenho para dizer que vou votar a favor — eu queria silêncio, Sr. Presidente — do relatório. Vou votar a favor da redução da maioridade penal pela Deputada Maria do Rosário, pela Deputada Erika Kokay e por todas as nossas colegas Deputadas que lutaram tanto pelo reconhecimento do crime do feminicídio, que endurecia a pena e que não tratava do crime contra uma mulher — principalmente contra a vida de uma mulher — como um simples homicídio.

Por V.Exas. que conseguiram essa conquista é que eu vou votar a favor da redução. Sabem por quê? Porque quero pedir a V.Exas. que denominem de Daniele o crime de feminicídio, porque ela foi uma vítima, e o feminicídio para ela não vai servir, Deputadas, porque o marginal que a empurrou lá de cima vai passar, no máximo, 3 anos na cadeia!

Não! Não foi um maior, não. Quem apedrejou a Daniele, quem aprofundou a sua face foi um menino de 16 anos, uma criança que o promotor já tinha tentado mandar para a casa de ressocialização e recebeu um não, porque ele era tão impossível que não poderia se misturar aos outros. Está lá o depoimento do promotor.

Um único adulto, com uma simples arma branca, não pode controlar quatro meninas em fuga. Não vamos querer inocentar aqueles quatro menores monstros.

Quero terminar dizendo aqui que o meu voto é pelo meu Piauí, pela minha sociedade, pela Daniele. Eu fui ao enterro dela, eu fui ao comércio da mãe dela e eu ouvi ali uma ministra da família. Ela não é do Supremo, ela não é do Superior, ela é da família, e ela me disse em poucas palavras tudo: “*A minha dor se confunde com*



a impunidade, porque os matadores da minha filha não vão pagar por isso.”
Maioridade penal já!

Vamos homenagear a Daniele, denominando como Daniele Rodrigues, assim como a Maria da Penha, o crime de feminicídio.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Muito obrigado, Deputado Silas Freire, pela brilhante exposição.

Para falar contra a matéria, com a palavra o Deputado Darcísio Perondi, pelo tempo de até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - A minha absoluta solidariedade a todas as vítimas, crianças e famílias, nessa história da violência juvenil. A minha solidariedade ao luto, que é doloroso. Nós todos sofremos com esses crimes. O Deputado que me antecedeu é a própria visão do sofrimento, da emoção e da angústia que isto nos toma. Mas nós temos compromisso. Somos Parlamentares, precisamos botar na balança, pesar, estudar e ver todos os lados.

A sociedade do espetáculo exige a punição imediata. O cidadão que não entende, eu e meu colega que me antecedeu, todos estamos revoltados e exigimos a punição imediata. Assim é a história da humanidade.

Vamos buscar por que Jesus Cristo foi crucificado. Ele, com seu discurso humilde, assustava os sacerdotes que dominavam o Rei Herodes. Então, os sacerdotes fizeram a cabeça de Herodes e do povo. E o povo exigiu que Jesus Cristo fosse crucificado. Até hoje e por séculos e séculos e séculos nós vamos falar desse homem que falava da tolerância e da compreensão e assustou.

Há uma história mais recente: Tiradentes. Sempre comemoramos a história de Tiradentes. Foram decisões emocionais. Neste momento, não dá para ter emoção. Ao longo dos anos, no mundo inteiro, quando se fez lei em cima da emoção, cometem um erro.

Os Estados Unidos estão revisando, sim a prisão perpétua para jovens, porque lá era muito rigoroso. Condenavam jovens de 8, 10, 12 anos até a prisão perpétua. Quase todos os Estados já revisaram e estão elevando para 18 anos. Atravessando o Oceano Atlântico, chegando à Espanha ou à Alemanha, onde há 8 anos ocorreu isso aqui, e todos sensibilizados, a imprensa também sensibilizada,



mudaram para 16 anos. Há 4 anos, a Espanha e a Alemanha revisaram porque viram o erro.

Nós temos uma lei de crimes hediondos pesadíssima que foi revisada muitas vezes. Melhorou? Baixou o número de crimes? Não baixou. A própria Lei Maria da Penha, pela qual nós lutamos tanto e queremos que ela melhore, não conseguiu melhorar.

Eu não sou advogado, sou um leitor e estou lendo muito agora, de 90 dias para cá, sobre isso. Há um ditado no Direito que diz: “*O que inibe não é o tamanho da pena, e sim a certeza da punição*”.

Por isso esses países revisaram a lei. Está provado que um adulto que mata reincide em 70%, 80% das vezes. O jovem que mata — e estou falando de jovem que mata, crime de sangue — pode se recuperar. A reincidência varia entre 15% e 30%.

Aí nós temos que olhar para a Constituição, no art. 228, que trata da inimputabilidade aos 18 anos. Por quê? Quase todos os países dão com 18 anos, porque todos esses países estudaram e nós também, respeitando toda a convenção internacional, todos os acordos internacionais dos países, que o jovem é um ser diferente. Nós fomos jovens. A juventude é um momento de tensão, de impulsividade.

O Deputado Sérgio Vidigal, que é psiquiatra, disse agora, não quis avançar, que dos 10 aos 20 anos é um tempo de turbilhão em nossas vidas. Não há o controle da emoção. O sistema límbico é grande e o córtex é pequeninho. O córtex é o responsável pela razão e pelo controle; o sistema límbico, pelo amor, impulsividade, paixão, briga, puxar uma maconha, roubo do carro do pai. Isso é dos 12 aos 20 anos. Ali se forma a personalidade.

O primeiro artigo da revista *Veja* é ruim; o segundo artigo, que fala da neurociência, é muito bom; e o terceiro, que fala do populismo penal, também é bom. Estudos recentes da neurociência mostram que um cérebro se forma completamente aos 20 anos. E é isso, gente! É a medicina! A pesquisa clínica baseada em evidências no avanço tecnológico mostra isso. É com 20 anos que há esse controle. Por isso o ECA precisa ser revisado e fortalecido no Brasil. O jovem pode se recuperar.



Meus colegas delegados, eu os respeito e imagino o seu sofrimento, ao terem de deixar sua família em casa e irem para uma vila enfrentar drogados, enfrentar bandidos. Eu não queria estar na pele de V.Exas. Eu me identifico com V.Exas., mas não posso aceitar que estejam focando só nisso, achando que o jovem não pode se recuperar. Ele pode.

Há uma historinha no imaginário da Holanda, onde há diques, por causa do nível do mar. Um menino pequeninho, de 12 anos — no Brasil já se pode punir dos 12 aos 18 anos —, está com um dedo tampando um furinho num dique, para tentar segurar o dique, de modo que este não arrebente. Há um pequeno furo no dique, que o menino está tapando com o dedo. Nós podemos cometer um crime que não é nem só contra a juventude, mas contra o Brasil como um todo, tomando essa decisão emocional — emocional! E esse dique é tão poderoso!

Eu falo para os pastores, para os Deputados e para os educadores aqui presentes: o meu querido Deputado Jutahy abriu mais dois furos no dique. A PEC do Aloysio ainda é razoável. A dele abriu mais esse furo. Por esse furo podem entrar, meus queridos, muitas coisas, que são os efeitos, os reflexos da redução da maioridade penal.

Uma menina com 16 anos e 1 minuto poderá ser cooptada pelo rufião, pelo dono do prostíbulo. Um menino com 16 anos poderá dirigir e comprar bebida. Ele vai morrer ou vai matar no trânsito. E há mais: esse menino poderá trabalhar na boate e vender bebida.

Vai-se baixar a idade de vulnerabilidade para os crimes sexuais de estupro de vulnerável. Isso vai ser uma alegria para quem frequenta os prostíbulos. A menina será carne nova — carne nova! Haverá carne nova para os prostíbulos brasileiros! Esta Casa não pode fazer isso — não pode, não pode! É por isso que eu apresento o meu voto em separado.

E quero dizer que o relatório do Deputado Laerte, feito em cima da proposta do Deputado Jutahy, é um perigo. Seria melhor o Deputado Laerte, como revisor, baixar simplesmente essa idade de 18 para 16 anos. Esta é a ténue vantagem: baixar essa idade de 18 para 16 anos.

O relatório do Deputado Jutahy cedeu. Nele, havia previsão de participação do Ministério Público nos casos de crimes hediondos, havia uma garantia. No



Senado, o PSDB moderno, humano, do Senador Serra e do Senador Aloysio, botava o Ministério Público como garantia.

A bancada conservadora, que aqui está, exigiu — e eu estava lá presente hoje — que se retirasse a parte que falava do Ministério Público. Caiu uma garantia que pelo menos serviria para conter os absurdos cometidos por muitos delegados, o que digo com todo o respeito. E o pior é que se tirou mais: o Ministério Público encaminharia o processo para o juiz, mas isso também caiu.

Além disso, vai-se criar uma confusão no Código Penal e no Código Civil sem precedentes! Vai haver um emaranhado de decisões de juízes, as mais diferentes possíveis. Vai-se abandonar o projeto humano e digno do Senador Aloysio, do PMDB, que falava em avaliações técnicas, matéria que é tratada de forma precária no ECA. Isso também foi retirado. A situação vai piorar!

Para encerrar, lembro a V.Exas. que estão votando com a emoção, que estão votando porque são pressionados pelo dono da rádio, pelo locutor ou pelo líder de bairro, que Jesus Cristo foi crucificado porque o povo quis — o povo quis.

V.Exas. estão dizendo para a população que isso vai resolver o problema! V.Exas., especialmente os que são locutores de televisão e delegados, estão dizendo para a população: “*Nós vamos reduzir a maioridade penal para 16 anos e resolver o problema.*” Esse problema nunca foi resolvido em país nenhum! E V.Exas. estão comprometidos. Se V.Exas. estão com medo da urna, preparem-se, porque daqui a 4 anos a situação vai continuar sendo a mesma.

Há uma proposta que todos nós do grupo contra a redução da maioridade, o qual está acima de partidos, estudamos. O Governo não participa desse processo. Ele pode tomar essa posição. Eu sou opositor ferrenho ao Governo Dilma — ferrenho! —, mas não vou dizer a ele que não opine. Ele tem que opinar! V.Exas., daqui a 4 anos, vão ouvir nas urnas as pessoas dizendo: “*Poxa, mas isso não resolveu o problema, delegado! Não resolveu, policial!*” E eu vou bater palmas. Isso não vai resolver nada!

Aqui nesta sala, há uma figura que não perdoou um crime que é mesmo difícil perdoar, mas ela não faz elogio ao ódio, não faz apologia à raiva. Ela canta a tolerância, canta a possibilidade de um jovem dos 12 aos 18 anos se recuperar.



Essa figura é o Vereador Ari, que teve vitimada a sua filha e que agora defende a não redução da maioridade e a melhora do ECA.

Nós desse grupo de muitos partidos, o qual está acima de diferenças de oposição e situação, lutamos juntos para que se mantenha a maioridade penal aos 18 anos e para se faça a mudança do ECA — levar para 6 anos ou para 9 anos. Nós defendemos que se siga a proposta do Governador Alckmin, à qual a bancada da Câmara Federal virou as costas, ou a do Senador José Serra.

V.Exas. serão cobrados nas próximas eleições. Estão vendendo para a população algo que não vão entregar. Sejamos carinhosos, generosos e, acima de tudo, Deputados conscientes!

Caro Presidente Andre Moura, esta Casa não pode de novo cometer o erro do populismo penal, como dizem os editoriais da *Folha* e da *Veja*.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Muito obrigado, Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DEPUTADO FAUSTO PINATO - Sr. Presidente, gostaria de usar o tempo de Liderança do PRB.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente, antes...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Deputado Fausto Pinato, eu quero fazer um apelo a V.Exa. Aguarde apenas o Deputado Sandes Júnior, que é o quinto inscrito para falar a favor e o último orador a discutir, fazer seu pronunciamento, porque em seguida eu vou colocar em apreciação o requerimento de encerramento de discussão. Depois, se for o caso, eu concedo a palavra a V.Exa. como Líder.

O SR. DEPUTADO FAUSTO PINATO - Tudo bem.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente, V.Exa. poderia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Deputada Maria do Rosário...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Há outros Líderes que pediram a palavra antes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Dentro do que eu aqui pactuei com V.Exa., Deputado Chico Alencar, assim que encerramos a discussão eu



vou conceder o tempo de Líder a V.Exa., assim como à Deputada Jandira Feghali e a todos os demais Líderes inscritos.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Sr. Presidente Andre Moura, recorde-se, por favor, do meu pedido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Já estão inscritos o Deputado Chico Alencar e o Deputado Orlando Silva. Eu darei a palavra a todos os Líderes inscritos. A inscrição vai ser aberta, já se sabendo que o primeiro Líder inscrito é o Deputado Chico Alencar e o segundo, o Deputado Orlando Silva.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente, eu lhe peço 30 segundos, porque fui citada no pronunciamento de um colega, o Deputado Silas Freire.

Deputado Silas, eu pediria a V.Exa. que não associasse a mim ou qualquer Parlamentar aqui, nem direta nem indiretamente, a qualquer atuação criminosa. Eu quero manifestar a minha profunda e sentida solidariedade com as meninas vítimas de estupro no Piauí, situação que eu considero inaceitável, como Parlamentar e como mulher.

V.Exa. sabe, Deputado Silas, que eu estive no Piauí em muitas ocasiões, assim como em muitos dos Estados dos demais Deputados presentes, para defender meninas brasileiras. Fui Relatora de uma CPI que trava desse tema. A Deputada Erika Kokay e o Deputado Arnaldo Jordy também fizeram parte dela e enfrentaram a exploração sexual.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Conclua, Deputada.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Encerro, Sr. Presidente, fazendo um apelo: assim como não citarei nenhum colega de maneira desfavorável para valorizar os meus argumentos, eu pediria que jamais me associassem a nenhuma atuação criminosa, pois não defendo nenhum crime, de nenhuma natureza.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Perfeito, Deputada. Muito obrigado.



Vou passar a palavra ao último dos oradores inscritos, já que eu vou colocar em votação o requerimento de encerramento de discussão que há sobre a mesa.

Tem a palavra, para falar a favor, o Deputado Sandes Júnior, por 15 minutos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR - Serei breve.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Aguarde só 1 minuto, por favor, Deputado Sandes.

Com a palavra o Deputado Delegado Éder Mauro.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Sr. Presidente, eu estou inscrito desde a sessão passada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Deputado Delegado Éder Mauro, eu vou ler para V.Exa. uma informação. V.Exa. era o primeiro inscrito, mas, depois de um entendimento com o Deputado Delegado Waldir, fez uma troca.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - A troca era só para mudar a ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Quando V.Exa. fez a troca, passou a ocupar a vaga do Deputado Delegado Waldir, que era o 14º inscrito. V.Exa. ocupou a vaga do Deputado Delegado Waldir.

Tem a palavra o Deputado Sandes Júnior, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Dê-me 5 minutos do tempo dele, Sr. Presidente, ou me permita falar pelo tempo de Líder. Peço só 5 minutos do tempo dele!

O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR - Sr. Presidente Andre Moura, quero cumprimentá-lo pela condução dos trabalhos. Cumprimento também o Relator Laerte Bessa e o ex-Deputado Federal Benedito Domingos, o autor inicial desta PEC, assim como todos os meus colegas Deputados, favoráveis e contrários a ela. Cumprimento ainda os meus colegas de Goiás, os Deputados Delegado Waldir e Delegado João Campos — muitos não sabem, mas o Deputado João Campos também é delegado.

Quero dizer que respeito todas as opiniões contrárias — respeito de coração. Se o Plano Nacional de Educação, que só foi aprovado ano passado, no Governo Dilma, tivesse sido aprovado no Governo FHC ou no primeiro ou segundo Governo



Lula, com certeza absoluta nós não estaríamos aqui votando a redução da maioridade penal para 16 anos. Tenho fé de que, com o Plano Nacional de Educação aprovado no ano passado, tudo correrá muito bem. Os recursos serão abundantes.

Daqui a 10 anos, todas as escolas públicas brasileiras serão de tempo integral. Aí, sim, teremos a esperança de que será substancialmente reduzida, quase zerada, a quantidade de crimes praticados por crianças e jovens, de um modo quase definitivo — quase, porque nada na vida é definitivo.

Por falar em jovens, Sr. Presidente, encerro falando de uma ocasião em que um grande amigo me perguntou: *“Sandes Júnior, você é o autor da PEC da Juventude e incluiu na Constituição Federal o jovem, que havia sido esquecido pelo Constituinte de 1986, garantindo a ele o direito à educação, à profissionalização e ao primeiro emprego. Como você pode ser um dos autores da PEC para reduzir a maioridade penal para 16 anos?”* Eu disse a ele: *“Para apresentar a PEC da Juventude, eu pensei durante 1 segundo. Para apresentar a PEC de redução da maioridade penal para 16 anos, eu pensei durante muitos meses. A decisão não foi fácil”*.

Eu expliquei para ele os motivos pelos quais eu apresentei a PEC original, de 1992, do nosso colega Benedito Domingos, do PP. Comecei contando, Deputado Laerte Bessa, o caso de um menino de 17 anos do Gama, cidade próxima a Brasília, que no ano passado, faltando 1 dia para completar 18 anos — e ele tinha plena consciência disso —, matou com dois tiros na cabeça a namorada, sabendo que iria pegar no máximo 3 anos e que, com bom comportamento, poderia sair em 6 meses ou em até 1 ano.

Se ele tivesse cometido esse crime no outro dia, já com 18 anos, poderia até pegar a pena máxima, de 30 anos. Eu comecei dando essa explicação, mas citei várias outros casos, inclusive um mais recente, do Piauí. Eu teria inúmeros, inúmeros exemplos para dar.

Só para encerrar — eu prometi que concluiria em 3 minutos —, cito um caso que aconteceu em São Luís, no Maranhão, no ano passado: um rapaz de 17 anos entrou num ônibus e tocou fogo em uma mãe e uma criança de 5 anos, sendo que esta morreu na hora, queimada. Ele fez isso faltando pouquíssimos dias para



completar 18 anos e foi solto depois de 1 ano, por bom comportamento. A pena é de até 3 anos, mas, se o adolescente tiver bom comportamento, poderá sair em 6 meses, em 1 ano, em 1 ano e meio.

Vereador, parabenizo-o pelo seu gesto. Mas, por todos esses exemplos, os quais, se eu fosse citar, gastaria nisso os meus 15 minutos, o meu voto é com o Relator, pela redução da maioridade penal para 16 anos.

E tenho dito. (*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - V.Exa. vai ouvir os Líderes agora, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Eu já tinha pactuado isso com alguns Líderes, que já estão inscritos. Mas, só para garantir, vou ler os nomes na ordem de inscrição: Deputado Chico Alencar, Deputado Orlando Silva, Deputado Alessandro Molon, Deputado Arnaldo Jordy e Deputada Jandira Feghali.

Deputado Efraim, nós estamos sem a delegação.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Sim, eu estou pedindo a inscrição. O ofício vai chegar depois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - O.K. Assim que ele chegar...

(*Intervenções simultâneas ininteligíveis.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Eu vou, primeiro, apreciar o requerimento. Depois, conforme combinado, darei a palavra a todos os Líderes que aqui se inscreveram.

(Não identificado) - Sr. Presidente, façamos logo a votação nominal do requerimento!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - A votação será nominal.

Encontra-se sobre a mesa requerimento de encerramento da discussão, apresentado pelo Deputado Bruno Covas.

Deputado, V.Exa. quer encaminhar favoravelmente?

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Quero falar contra ele, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Deputado, queria encaminhar o voto contrário, Sr. Presidente.

(Não identificado) - Quero falar a favor, Sr. Presidente!



O SR. DEPUTADO BRUNO COVAS - Sr. Presidente, trata-se de um requerimento para encerrar a discussão.

Nós entendemos que o debate já foi exaustivamente feito. Portanto, todo mundo aqui — quem vai votar “sim” e quem vai votar “não” — está totalmente conscientizado. Por esse motivo, apresentamos o requerimento para encerrar a discussão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Agradeço a V.Exa.

Para falar contra o requerimento, tem a palavra o Deputado Alessandro Molon.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, como eu estou inscrito para falar como Líder, cedo meu tempo ao Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Deputado Paulo Pimenta, V.Exa. tem até 5 minutos para fazer o encaminhamento contrário.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Quero falar a favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Vão falar um Deputado a favor e um Deputado contra o requerimento, Deputado Delegado Éder. E o Deputado Bruno Covas, como autor, já estava inscrito para falar a favor.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Pimenta.

O SR. DEPUTADO ALBERTO FRAGA - Quando o projeto chegar à Comissão de Direitos Humanos, deixe-nos falar também, mesmo como não membro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Deputado Paulo Pimenta, V.Exa. tem até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu faço questão de defender aqui esse requerimento porque estou convencido de que nós temos uma oportunidade histórica a qual não podemos desperdiçar. O Brasil inteiro entende que é preciso fazer um balanço dos 25 anos do ECA, bem como algumas modificações na legislação.

Sr. Presidente, existem três questões que me parecem fundamentais e cujas respostas a população espera desta Casa. Nós podemos responder a todas elas sem mexermos na Constituição e sem levarmos esse debate para a esfera do STF,



na qual talvez leve muito tempo até que se dê uma solução jurídica, até que a população sinta os efeitos das mudanças da lei. Nós podemos fazer isso agora.

Existe no Senado Federal uma proposta do próprio PSDB. Existe um voto favorável do Líder do Governo, o Senador Pimentel, que permitirá uma mudança na legislação que responde a três questões fundamentais.

Em primeiro lugar, aumentaremos a pena para o indivíduo maior de idade que cometer ou incentivar um crime no qual um menor de idade participe ou que tiver qualquer envolvimento com esse crime. Dessa forma, vamos dar uma resposta ao problema da impunidade causado pelo fato de um indivíduo maior de idade se esconder atrás de um menor para fugir da sua responsabilidade, algo que hoje ocorre com muita frequência.

Sr. Presidente, a segunda questão é o tempo de internação. A proposta prevê que ele avance até 8 anos, fazendo com que o menor de idade possa ser condenado a mais tempo do que um maior, no caso de homicídio simples. Portanto, respondemos de maneira adequada ao sentimento da população de que 3 anos é muito pouco tempo para a internação.

A terceira questão que muitas vezes é levantada é que o menor sai de ficha limpa e, se ele volta a cometer um crime, responde como réu primário. A proposta que nós estamos apresentando diz que, se ele voltar a cometer crime quando maior de idade, não será julgado como primário. A sua ficha será recuperada, e ele vai responder, mas não como réu primário.

A sociedade espera uma resposta desta Casa para essas três questões, Sr. Presidente, e nós estamos respondendo a todas elas, primeiro, diminuindo a impunidade contra o maior de idade que incentiva o menor a se envolver no crime ou a fazer parte do crime com ele; segundo, aumentando o tempo de internação; e terceiro, acabando com a primariade. Essas três questões respondem de maneira adequada e suficiente à sociedade.

No substancial, qual é a diferença das propostas que nós estamos debatendo? Nós estamos defendendo que esse menor cumpra a medida socioeducativa, inclusive quando tiver mais de 18 anos, num estabelecimento diferenciado. A proposta apresentada e defendida por V.Exas. levará esse jovem, quando completar 18 anos, para um presídio comum, hoje dominado pelas



organizações criminosas e onde o índice de reincidência é de 70%, enquanto o sistema socioeducativo tem um índice de 15%.

Não há um só argumento que mostre que a medida proposta pelo Deputado Laerte Bessa reduzirá a criminalidade. Não há, Sr. Presidente! Ela é uma proposta errada! Ela nos fará retroagir, fará o País ser mais violento e mais inseguro.

Por isso, eu defendo que sigamos debatendo, para construir uma proposta alternativa. Não erremos desta maneira, diante de uma oportunidade histórica nesta Casa de construir um entendimento que corrija o ECA e que responda de maneira adequada à sociedade brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Muito obrigado, Deputado Paulo Pimenta.

Está em votação o requerimento. A votação é nominal e está aberta.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Peço a palavra para orientar a bancada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - A votação estará aberta enquanto está ocorrendo a orientação.

Tem a palavra o Deputado Arnaldo Jordy.

(**Não identificado**) - É para encerramento de discussão, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Sim, é para encerramento de discussão. Os Deputados que querem encerrar a discussão votam "sim".

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - V.Exa. precisa, pelo Regimento, primeiro anunciar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Eu já li o requerimento aqui. Eu já o li.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - V.Exa. precisa anunciar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Eu já li o requerimento. O Deputado Bruno Covas encaminhou a favor, e o Deputado Paulo Pimenta encaminhou contra o requerimento.

(**Não identificado**) - Sr. Presidente, o painel não está permitindo a votação.

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - V.Exa. já votou?

Deputado Arnaldo Jordy, V.Exa. tem a palavra por até 1 minuto.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, mais uma vez nós recorremos aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas no sentido de tentar encontrar um caminho que não seja essa simplificação que já avançou. Aqui não há posições imutáveis.

(Não identificado) - O tempo, Sr. Presidente, o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Eu estou marcando.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Eu já vi vários Deputados e várias Deputadas que tinham a posição originária de não mexer em nada, e evoluíram para um debate de alteração no ECA, como está sendo advogado, inclusive por este Deputado. Outros Deputados como, por exemplo, o próprio Relator Deputado Laerte, pela alteração de sua convicção, foi obrigado a mudar o seu relatório, admitindo a previsão da redução apenas para alguns tipos penais classificados como crimes hediondos. Portanto, eu acho que nós estamos numa posição crescente nesse sentido, e por isso eu quero festejar.

Parabenizo esta Casa e este Plenário, ainda que parcialmente, pelo fato de já terem encontrado um caminho distinto das posições originárias iniciadas nesse debate. Espero que possamos fazer isso até a votação no plenário.

Nós orientamos a bancada a votar “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Algum Parlamentar ainda não votou? Algum Parlamentar ainda não votou? (Pausa.)

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Estou aguardando. Só estou perguntando. Muito obrigado pelo auxílio.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Eu posso orientar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Tem a palavra a Deputada Maria do Rosário para orientar a bancada por até 1 minuto.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós orientamos a bancada a votar contra o encerramento da discussão, porque o que nós estamos decidindo aqui diz muito respeito ao Brasil e às nossas



tarefas, mas estão sendo apresentados falsos argumentos para a sociedade brasileira pela grande maioria que aqui se encontra.

Deputado Givaldo Carimbão, em vez de debatermos o grave problema do número de mortes violentas no Brasil e os seus autores, que estão acima dos 18 anos, em grande maioria; em vez de debatermos o falido sistema prisional do País, governado por criminosos; em vez de pensarmos por que não cedemos à ciência criminológica, à inteligência capaz de enfrentar a violência realmente debelando as quadrilhas do tráfico de drogas no nosso País, nós estamos aqui apresentando à sociedade falsos argumentos.

Por isso, votamos contra o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Muito obrigado.

Falta alguém votar? (*Pausa.*) Já dei tempo suficiente.

Está encerrada a votação.

Abram o painel. (*Pausa.*)

Vamos proclamar o resultado: “sim”, 21 votos; “não”, 6 votos; abstenção, zero.

O requerimento de encerramento de discussão, de autoria do Deputado Bruno Covas, está aprovado.

Está encerrada a discussão.

Eu concederei até 3 minutos para falar como Líder, por inscrição, ao Deputado Chico Alencar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, todos que acompanham esta sessão, infelizmente o PSOL não tem assento nesta Comissão Especial, mas, claro, tem representação, que lhe foi delegada — todos somos delegados, todos — pela população, tanto na Câmara quanto no Senado. Por isso, eu quero trazer a nossa posição aqui.

Em primeiro lugar, o dever do legislador é, percebendo o senso comum, operar com senso crítico para chegar ao bom senso. A emoção...

(*Tumulto no plenário.*)

(*O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.*)

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Nós reclamamos quando os de fora supostamente perturbam uma sessão, mas nós nos perturbamos de maneira



adolescente com uma frequência enorme, não é? Então vamos nos ouvir um pouquinho, apesar da convicção reiterada lá no painel!

A emoção inspira sentimentos de justiça e de vingança, mas ela é má conselheira quando se vai produzir alterações na ordem jurídica, sobretudo na ordem constitucional.

Segundo a nossa visão, no PSOL, a redução da maioridade penal não atingirá os objetivos propalados. Muito pelo contrário, vai aumentar a violência na nossa sociedade. Trago um dado concreto, apesar de alguns aqui não quererem números. A população carcerária na última década, segundo todos os dados de todos os órgãos, aumentou 87%, e a criminalidade, 144%. Portanto, a visão penalista do encarceramento não é o elemento mais eficaz para reduzir a violência da sociedade.

Eu vou ficar só no âmbito da questão criminal, da punição, da vigilância. É uma falácia dizer que há impunidade para quem comete delitos com menos de 18 anos. Estão, por má-fé ou por desinformação, confundindo inimputabilidade criminal com impunidade. O Brasil é um dos países que tem a menor idade infracional.

E mais: 64% dos 25 mil adolescentes e jovens que estão sofrendo medidas socioeducativas sofrem a mais rigorosa pena, que é a internação. É verdade, sim! Eu falo, como simples professor, que os mais jovens têm muito mais capacidade de se ressocializar e de se recuperar do que os mais idosos. Colocar esses jovens no sistema prisional é entregá-los de vez a um mundo sem futuro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Peço que V.Exa. conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Eu teria muito a dizer. Não falei nem metade do que pretendia.

Quero que, pelo menos, nos inspiremos na grandeza do advogado e hoje Vereador Ari Friedenbach, que viveu na carne a maior dor que um ser humano pode sofrer, que é perder um filho, mas não perdeu a razão e a racionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Muito obrigado, Deputado.

Tem a palavra o Deputado Orlando Silva por até 8 minutos, que é o tempo da Liderança do Governo.



O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Agradeço, Presidente. Eu vou procurar...

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sr. Presidente, o meu tempo era de 5 minutos, e V.Exa. me sonegou 2 minutos. Veja o Regimento!

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Presidente, a palavra me foi concedida?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Foi concedida a V.Exa.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - São 5 minutos para o Deputado Orlando também.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Presidente, eu quero, em primeiro lugar, cumprimentar cada um dos colegas que participa deste debate acalorado.

Considero que o mérito dessa proposta impactará o futuro das gerações de jovens do nosso País e não alcançará o principal objetivo que os Deputados de boa-fé tentam apresentar aqui.

Eu ouvi com atenção o argumento dos meus colegas. Duas preocupações principais são apresentadas pelos colegas que defendem a redução da maioridade penal. A primeira, usando a frase de um dos Parlamentares aqui, é acabar com a impunidade. A segunda, acabar com a violência. Devo dizer aos nossos colegas que nem um nem outro objetivo será alcançado com a mera redução da maioridade penal.

Aliás, colegas, esse projeto de emenda à constituição que reduz a maioridade penal ganhou nesta Casa o número que merece: PEC 171. Ela é um estelionato, porque ilude a população brasileira, ao afirmar que essas medidas terão o impacto pretendido de romper a impunidade e acabar com a violência. Ao contrário, como muitos que me antecederam já afirmaram, houve comprovadamente aumento da violência em muitos países que reduziram a maioridade penal nessa faixa de idade entre 16 e 18.

Colegas, nós não podemos deixar o Brasil ir pela contramão do mundo. Não é razoável que 70% dos países tenham a maioridade a partir de 18 anos, e o Brasil vá pela contramão. Não é razoável que o nosso País rompa acordos internacionais firmados ao longo dos últimos 20 anos.



O Governador Geraldo Alckmin, do alto da autoridade de quem foi Deputado Constituinte e estabeleceu a maioridade penal atual, foi muito enfático no último dia 5 de junho, quando afirmou que reduzir a maioridade penal é ferir uma cláusula pétrea da Constituição. Essa é a maioridade que está inscrita na Constituição do nosso País!

Deputado Sandes Júnior, eu creio que alguns estão corretos quando argumentam que, se houver essa redução para 16 anos, o crime organizado vai passar a recrutar adolescentes de 15 anos, de 14 anos. Por isso, nós temos que endurecer as penas para os adultos que aliciam os nossos jovens. Essa, sim, é uma medida importante para o Parlamento aprovar e para nós aplicarmos.

Alguns falaram aqui que o ECA faliu. Mas devemos observar o contraste entre os dados de reincidência. Entre os que sofreram medida socioeducativa nas instituições de ressocialização de jovens, a reincidência é de 20%, enquanto no sistema penitenciário ela ultrapassa 70%. Nós queremos colocar os nossos jovens nesses lugares?

Há quem diga que já faltam 300 mil vagas no sistema penitenciário brasileiro. Ampliar o número de vagas, talvez, seja um bom negócio. O próximo passo seria propor a privatização do sistema penitenciário. É a isso que serve o interesse em reduzir a maioridade penal.

Colegas, diante do argumento de que a maioria apoia a redução da maioridade penal, eu peço reflexão a todos. A civilização nos levou à política. A política é feita para o diálogo, para a construção de posições mediadas, como faz neste momento o Senador José Serra, o Governador Geraldo Alckmin e a Presidenta Dilma, que tentam dialogar e construir uma posição mediada. O apoio de maiorias já fundamentou o fascismo no mundo. Hitler teve o apoio da maioria quando implantou o nazismo naquele país. E, como falou o Deputado Perondi, ao invocar os homens de fé — estou ao lado do Deputado Pr. Marco Feliciano —, Jesus Cristo foi vítima da maioria, vítima de uma maioria que cometeu os maiores crimes da história da humanidade!

Eu ouvi a manifestação de um colega relatando a sua trajetória profissional e dizendo que enfrentou bandidos. Agora, aqui, o colega parece querer fazer justiça com as próprias mãos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Deputado Orlando Silva, peço que V.Exa. conclua.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Eu considero que é um erro esta Comissão votar a redução da maioridade penal, e espero que nós possamos, até o momento da votação, refletir e não cometer esse crime contra a juventude brasileira.

A Presidenta Dilma tem razão quando faz o debate nacional e se coloca claramente contra a redução da maioridade penal.

Muito obrigado, Líder José Guimarães.

Muito obrigado, Deputado Andre Moura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Tem a palavra o Deputado Alessandro Molon, pela Liderança do PT, por até 6 minutos.

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - Presidente, em respeito ao Deputado Benedito, que o Deputado que me antecedeu chamou...

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Não, é tempo de Liderança.

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

(Não identificado) - Eu também, mas vamos tentar ouvir um Deputado que fale a favor e outro contra o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Tudo bem. Eu concedo a palavra a V.Exa. em seguida.

(*Tumulto no plenário.*)

Deputado Alessandro Molon, V.Exa. tem até 6 minutos.

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - Presidente, eu quero fazer uma consideração a respeito do Deputado Benedito Domingos, já que o Parlamentar que me antecedeu chamou a PEC de estelionato.

Eu vi Parlamentares do PT pedirem respeito aos Parlamentares. Acho que aquele ex-Parlamentar sentado ali, que não tem direito à palavra, deve respeitar essa PEC e não chamá-la de estelionato.

Era essa a minha referência, Presidente.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Para contraditar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Para contraditar, tem a palavra o Deputado Orlando Silva.



O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Presidente, eu vi um colega aqui associar um crime bárbaro, que deixou todos indignados, à posição política de Deputados e Deputadas. Eu defendo o direito de expressão de todos os Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Eu vou assegurar a palavra ao Deputado Alessandro Molon, pela Liderança, e deixar Deputado Silas para a sequência.

Deputado Alessandro Molon, V.Exa. tem até 6 minutos.

(Não identificado) - O Alessandro Molon não repassou o tempo dele?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Naquele momento, ele passou o encaminhamento.

(Não identificado) - Sr. Presidente, V.Exa. falou que ia usar o tempo de Liderança uma vez só na sessão.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Presidente, eu vejo, na tentativa de alguns colegas de impedir a minha fala, que ainda há insegurança sobre a matéria. Eu vejo que vários colegas, no fundo, estão em dúvida, e isso é positivo.

Qual é o problema que esta PEC se propõe a resolver? É a criminalidade? Mas ela vai piorá-la, porque pessoas serão retiradas de estabelecimentos de menor taxa de reincidência e serão colocadas em estabelecimentos de maior taxa de reincidência. Então, vai haver maior gasto para piorar rapidamente pessoas de 16 e 17 anos.

Se o problema que se quer resolver não é a criminalidade, mas a impunidade, é preciso dizer que já há punição. Se ela é insuficiente, discuta-se a punição no Estatuto da Criança e do Adolescente — ECA. Mas não é isso que se propõe. Propõe-se passar jovens para o regime de adultos.

Sr. Presidente, poucos talvez saibam que, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, na prática, menores já ficam mais tempo internados do que maiores, dado que a progressão de regime que existe para maiores, com o cumprimento de um sexto da pena, não existe para menores. Portanto, muitas vezes, o ECA é mais duro para adolescentes do que o Código Penal é para adultos.

(Não identificado) - É brincadeira!

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Presidente, eu ouvi todos até agora com o maior respeito, e peço aos colegas que me ouçam também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Peço a todos que, por favor, respeitem a palavra, que foi concedida ao Deputado Alessandro Molon.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Presidente, como eu dizia, se o que se quer não é resolver a criminalidade nem a impunidade, porque essa medida não resolve nenhum dos problemas, mas dar uma resposta ao clamor popular, esta Casa teria que atender, então, a todo clamor popular, desde a pena de morte ao fechamento do Congresso. Se for feita uma pesquisa de opinião pública, o resultado será que boa parte da população acha que esta Casa não deveria existir. E nós sabemos que ela é importante para a democracia. Portanto, esse argumento do clamor popular é falso.

Devemos debater esse tema com a sociedade de forma séria, enfrentar as causas e não os efeitos do problema, para avançarmos. E isso pode ser feito, como o Senado começa a fazer nesta tarde.

Alguns querem resolver o problema de sensação de segurança, como foi dito aqui. Então, eu proponho que, em vez de resolver o problema de sensação de segurança, nós resolvamos o problema da segurança. Eu não quero que a sociedade se sinta segura sem estar. Eu quero garantir segurança pública para todos.

Quanto à constitucionalidade da proposta, Deputado Laerte Bessa, o relatório de V.Exa., na minha opinião, já era inconstitucional, porque propunha uma alteração no art. 228, que, na minha concepção e na de muitos juristas brasileiros, é cláusula pétrea.

Mas, com a reformulação dada por V.Exa. hoje, ela incorre numa segunda inconstitucionalidade, que é ferir o princípio da isonomia, ao adotar um critério para a redução da imputabilidade penal que nada tem a ver com a capacidade cognitiva do agente. Todas as inimputabilidades dependem da consciência que o agente tem do fato. Na verdade, ao adotar essa proposta equivocada que lhe foi trazida, V.Exa. coloca a causa da imputabilidade numa conduta. Veja que absurdo!

No relatório de V.Exa., se um rapaz de 16 anos aceitar 10 reais para levar uma trouxinha de maconha de um lugar para outro, por exemplo, ele entra na



redução da imputabilidade penal. Mas, se ele roubar um veículo, se ele constituir uma organização criminosa, se ele for chefe de milícia, se ele roubar explosivo, se ele explodir um caixa de banco, ele não entra na hipótese de V.Exa. V.Exa. fere...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Não adianta incluir. Por quê? Porque isso sempre ferirá o princípio da isonomia. Por essa razão, Deputado Laerte Bessa, a proposta de V.Exa. é duplamente constitucional. Essa proposta não pode prosperar, ela tem que ser rejeitada.

Temos que discutir essas penas no Estatuto da Criança e do Adolescente. Fazer isso é constitucional. É possível ampliar no ECA as medidas de internação, mas não na proposta de V.Exa.

Os delegados que estão aqui sabem que é uma aberração jurídica o que se está propondo. Isso é uma aberração jurídica! Ou seja, para loucos funcionará a inimputabilidade, por conta do agente, e para menores de 16 ou 17 a inimputabilidade vai depender do crime que nós elencarmos aqui.

Não há saída para essa PEC. A PEC e a proposta de V.Exa. que alterava a idade para 16 anos para todos têm que ser rejeitadas. Por quê? Porque elas ferem cláusula pétreia.

Se quisermos discutir saídas para esse problema, temos que discutir saídas que deem resultado. Portanto, vamos fazer o que os dez países mais seguros do mundo fazem: manter a idade penal aos 18 anos, garantir a responsabilidade juvenil para maiores de alguma idade — a do Brasil é uma das mais baixas —, e enfrentar a violência com prevenção, com educação, com garantia de direitos. Assim, evitaremos que o abandono e que a negação de direitos produzam comportamentos que nenhum de nós deseja.

Sr. Presidente, V.Exa. diz que muitos são cooptados, e é verdade. Então, vamos agravar a pena dos adultos, e não reduzir a idade penal! A redução, na prática, faria com que as pessoas fossem recrutadas mais jovens para o crime. Portanto, a solução é agravar a pena de adultos.

Vamos derrotar a PEC de V.Exa.! (*Palmas e manifestações no plenário.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Encontra-se sobre a mesa requerimento de adiamento de votação, de autoria do Deputado Glauber Braga.



“Sr. Presidente, requeiro a V.Exa., com base no art. 193, combinado com o art. 117, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o adiamento pelo prazo de cinco sessões da votação do relatório apresentado a esta Comissão Especial.”

Tem a palavra o Deputado Tadeu Alencar por até 5 minutos, para falar a favor do requerimento de autoria do Deputado Glauber Braga.

O SR. DEPUTADO TADEU ALENCAR - Obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero fazer a defesa desse requerimento. Quando esta PEC foi trazida à consideração da Câmara dos Deputados, ela já se encontrava há muito tempo nas gavetas da Casa, e não havia nenhuma deliberação sobre ela. Nós louvamos a iniciativa da Presidência da Casa de trazer temas que estão há muito tempo sem sofrer a apreciação do Parlamento. Mas um tema dessa complexidade merece, necessariamente, uma reflexão profunda, porque problemas complexos reclamam soluções bem refletidas.

A redução da violência é o desejo de todos aqueles que, de boa fé e responsávelmente, estão querendo alterar a Constituição para reduzir a maioridade penal. Mas nós não achamos que a redução da maioridade penal enfrente a violência. Nós achamos que uma boa solução passa por um bom diagnóstico.

O Brasil é um País de muita exclusão, de desigualdades profundas. Por isso, a violência no País é um problema que reclama profunda reflexão, coisa que não tivemos oportunidade de fazer à exaustão, devido ao número de sessões para refletir sobre esse problema e ao número de requerimentos para que fossem ouvidos especialistas em várias matérias. É óbvio que as causas sociais da violência no Brasil — a desigualdade, a injustiça, a exclusão, a pobreza, a miséria — reclamariam de todos aqueles que de boa fé querem reduzir a violência uma visão muito mais ampla, uma visão que levasse em conta todos os problemas do sistema de segurança, do sistema penitenciário — temos a quarta maior população carcerária do planeta —, do Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, das políticas sociais dos governos. Por isso, entendemos que essa reflexão deveria seguir adiante.



Achamos que essa é uma solução simplista, que não enfrenta adequadamente o problema da violência. Ela deixa de considerar a experiência de países que adotaram a redução da maioridade penal e que tiveram que se render à evidência de que ela não teve o efeito pretendido.

Portanto, achamos que essa discussão deve continuar, e, para isso, é fundamental que haja o adiamento da votação por cinco sessões.

Evidentemente, não nos filiamos à ideia de que só quem defende a redução da maioridade preocupa-se em dar respostas à dramática violência no Brasil. Essa indignação é coletiva, é da sociedade brasileira. Quando a sociedade se dispõe a apoiar a redução da maioridade penal, não o faz porque tem sede de justiça, mas porque tem sede de justiça.

O Presidente do PSB Eduardo Campos, a quem tive a honra de servir como Secretário da Casa Civil quando ele era Governador, estabeleceu em Pernambuco o Programa Pacto pela Vida como política de Estado. Com medidas panorâmicas, enfrentando todos os elos do sistema de segurança, esse foi um exemplo para o Brasil na redução da criminalidade.

Entendo que é fundamental que possamos discutir alternativas que não alterem a Constituição. Do contrário, cada vez mais, estaremos condenando a juventude brasileira, os negros e os pobres, que são o principal objeto de violência nas periferias das grandes cidades.

Uma discussão responsável deve levar em conta especialistas, como os coordenadores das Varas da Infância e da Juventude do Brasil, que aprovaram, por unanimidade, uma moção de repúdio à redução da maioridade penal. Também se colocam contrárias à redução instituições da respeitabilidade da UNICEF, ONU, OAB e CNBB — Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, cujas lutas históricas no País sempre defenderam outras medidas.

Nós, na condição de legisladores, não podemos formular políticas criminais de modo catártico, de modo vingativo, sob violenta emoção. Essa serenidade que se faz necessária no Parlamento brasileiro reclama algumas sessões a mais, para aprofundar essa reflexão. Por essa razão, nós somos favoráveis ao requerimento do Deputado Glauber Braga. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Tem a palavra para falar contra o requerimento o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, acusam esta Comissão de ter muito delegado e muito pastor. Se a proposta for para a apreciação do Plenário, isso vai ser equalizado. Então, é melhor que se reduza a maioria nesta Comissão, levando a proposta ao Plenário da Câmara, onde esse contexto será muito mais ampliado.

Eu não perdoo o Champinha, de jeito nenhum!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Muito obrigado, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

(Não identificado) - Sr. Presidente, eu posso fazer um esclarecimento por 30 segundos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Eu vou deixar V.Exa. falar daqui a pouco.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Peço a palavra para orientar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Solicito que se abra o painel. Eu vou permitir a orientação. Quem vai orientar?

(Não identificado) - O PSDB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - O PSDB vota “não”.

(Não identificado) - O PRB vota “não”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - O PRB vota “não”.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Quero orientar, Sr. Presidente.

(Não identificado) - O PP vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - O PP vota “não”.

A votação está aberta.

Tem a palavra o Deputado Glauber Braga por 1 minuto.

(Não identificado) - O PROS vota “não”.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero dizer que o que V.Exa. está fazendo não é regimental. O regimental é: orienta-se e, depois da orientação, abre-se a votação. Mais uma vez, fere-se o Regimento.

Eu queria dizer que o Presidente da Casa hoje está quebrando mais um recorde. Ele iniciou uma sessão às 9 horas da manhã! Ele tem de ser questionado



claramente sobre o motivo de não ter iniciado a Ordem do Dia no plenário até agora. Mais uma vez, a pauta dele prevalece sobre a pauta de todos.

Eu quero saber, quando for votada uma matéria na Comissão de Educação, se eu vou ter o direito, como Relator da matéria, de também interromper as votações do Plenário para que meu projeto na Comissão de Educação possa ser votado.

Queremos que o requerimento seja aprovado, para que possamos fazer uma discussão correta sobre o conjunto das questões que estão aqui colocadas.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, quero orientar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Para orientar, concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, tem razão o Deputado Glauber Braga quando diz que está havendo uma inversão aqui. O próprio Relator chegou a dizer que era preciso acelerar a discussão, para que nós não empatássemos mais a Ordem do Dia. A Ordem do Dia desta Casa não pode estar submetida à vontade de alguns que querem reduzir a maioridade penal.

Nós queremos adiar essa votação, para que tenhamos mais clareza sobre as proposições. Nesta Comissão, vimos de Lombroso a Amado Batista, mas nós ainda não tivemos condição de nos debruçar sobre os dados, porque ainda nem recebemos os dados que solicitamos de todas as Unidades da Federação.

Por tudo isso, Sr. Presidente, nós precisamos adiar a discussão. O Partido dos Trabalhadores vota “sim”, em defesa de uma discussão séria para reduzir a violência em nosso País.

(Não identificado) - Quero fazer uma referência ao Ministro Padilha, que neste momento se encontra nesta Comissão.

(Não identificado) - O PPS vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Vou encerrar a votação.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Eu não estou conseguindo nem votar!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Peço que V.Exa. faça a orientação. Depois que V.Exa. orientar a bancada do PDT, eu vou encerrar a votação.

Todos têm mais 1 minuto para votar.



O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Eu gostaria, Sr. Presidente, que V.Exa. abrisse o painel de votação, que não está abrindo. Está branco aqui. Os colegas estão vendo.

(**Não identificado**) - Sr. Presidente, isso é para protelar.

(**Não identificado**) - Ele está obstruindo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Quando completar 1 minuto eu vou encerrar a votação, Deputado.

(**Não identificado**) - Cem por cento votou. São 27.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Eu nunca vi isso nesta Casa: eu ter que votar orientando o partido. Isso não existe.

(**Não identificado**) - V.Exa. é um craque.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Sr. Presidente, eu consegui votar, finalmente. O PDT indica “sim”, e quero dizer que vocês não estão sendo democráticos.

(**Não identificado**) - Sr. Presidente, vamos encerrar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Está encerrada a votação. Pode abrir o painel.

(**Não identificado**) - Sr. Presidente, tem que periciar esse painel.

(**Não identificado**) - Vamos manter o painel para as próximas votações.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O painel está viciado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Resultado da votação: 21 votos “não”, 6 votos “sim”.

O requerimento está rejeitado.

Requerimento de adiamento de votação, de autoria do Deputado Arnaldo Jordy.

Sr. Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 193 do Regimento Interno, adiamento de votação da PEC 171 por quatro sessões.

(**Não identificado**) - Prejudicado, Sr. Presidente.

(**Não identificado**) - Está prejudicado!

(**Não identificado**) - Acabou de rejeitar!



O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Cinco, quatro, três, dois, um.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Senhores, não está prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Está prejudicado.

Para falar a favor, concedo a palavra ao Deputado Alessandro Molon, por 5 minutos.

(Não identificado) - Quero falar contra, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Faça a inscrição para falar contra.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, antes de apresentar meus argumentos, eu quero apenas indagar de V.Exa. se a Mesa recebeu a cópia desse documento da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, presidida pelo Deputado Carlos Bezerra, do PSDB. S.Exa. esteve aqui, entregou-me uma cópia e me disse que teria entregue uma cópia à Mesa. A Mesa recebeu cópia desse documento? (*Pausa.*) Está no expediente.

Eu agradeço a V.Exa. Isso mostra que essa causa está acima dos partidos, acima de Governo e Oposição. Essa é uma causa, Sr. Presidente, civilizatória. O Brasil, se der esse passo atrás, abre hoje a porteira para a redução da maioridade penal para 16 anos de idade. E, amanhã, reduzirá para 14 a nos, como já querem alguns, depois para 12 anos, depois para 10 anos. E depois, Sr. Presidente, certamente, se for pobre e negro, provavelmente vão tentar prendê-lo na barriga da mãe. (*Manifestação no plenário.*)

É verdade, Sr. Presidente. Infelizmente...

(Não identificado) - Quero falar contra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Asseguro a palavra ao Deputado Alessandro Molon. Por favor.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Infelizmente, nós sabemos que em nosso País a justiça penal é seletiva. Nós sabemos os dois pesos e as duas medidas que existem. Nós sabemos que nos crimes de drogas, à vezes, o critério usado para definir uns como usuários e outros como traficantes é a cor da pele, é o



tamanho da conta bancária, é o bairro onde mora. Sr. Presidente, eu tenho vergonha de dizer isso, mas, infelizmente, isso é verdade.

Segundo ponto. Eu quero fazer aqui uma homenagem e um desagravo e pedir o maior respeito possível a este como a qualquer familiar de vítima de violência, ao Dr. Ari Friedenbach, que infelizmente não foi tratado aqui nesta Comissão com o respeito que qualquer cidadão merece, ainda mais alguém que teve a coragem de se expor depois de toda a dor que passou. (*Palmas.*)

Eu quero fazer esse desagravo, Dr. Ari, e pedir desculpas por qualquer agressão que o senhor tenha sofrido aqui. Não é a posição da nossa Casa e não é a posição da nossa Comissão.

Parabéns. Eu peço apenas que me ouçam.

Então, quero, em nome da nossa Comissão, fazer esse desagravo. O Dr. Ari está há 2 dias aqui nesta Casa se comportando com enorme respeito a todos, com enorme urbanidade. Ele compareceu às Comissões, deu a sua opinião, não agredeu ninguém, não atacou ninguém. Ninguém tem o direito de atacá-lo, por qualquer posição que ele tenha.

E ninguém aqui atacou qualquer familiar de vítima que é a favor da redução. Nós não ofendemos ninguém. Todos têm o direito de ter a sua posição. Vamos fazer um debate de alto nível. A presença do Dr. Ari aqui deve ser respeitada e devemos agradecer a ele, porque ele quer prestar um serviço ao País, depois de tanta dor. E todos têm o direito de fazê-lo, cada um de sua maneira e com sua visão.

Terceiro e último ponto, Sr. Presidente. Eu tenho certeza de que aqueles que defendem a redução, é evidente que acredito na intenção de melhorar a segurança,. Nós também temos a mesma intenção. Vamos fazer um debate sobre algo que seja constitucional. Essa matéria vai parar no Supremo, como Ação Direta de Inconstitucionalidade. É evidente!

Sr. Presidente, vamos fazer pelo País algo que tenha consequência. Vamos discutir o Estatuto da Criança e do Adolescente. Alguns fizeram críticas ao Estatuto aqui, que até hoje não é cumprido, a começar pelo poder público e, olhe, por todos os Governos, porque nós sabemos que o cumprimento do Estatuto não depende só do Governo Federal. Quem fala isso não honra a verdade. Depende de Prefeituras, dos Estados e da União, com certeza. Todos estamos falhando. Essa é uma posição



honesto. (*Palmas*). É verdade. Eu não tenho problema nenhum de reconhecer. Esse é o debate que o País espera de nós. Vamos discutir como colocar o Estatuto em funcionamento, como aperfeiçoá-lo. Vamos debater, Delegado Waldir, como aperfeiçoar o Estatuto. Esse é um debate que pode e deve ser feito. O Senado começou a fazê-lo.

Agora, essa mudança da Constituição não vai resolver o problema, vai criar na sociedade a ilusão que nós demos um passo, e isso vai agravar o problema da criminalidade. Esse é o remédio errado para um diagnóstico malfeito. Aliás, o Relator coloca no seu relatório, e eu li o relatório do Relator, que ninguém dispõe de dados sobre criminalidade juvenil. Ora, se ele reconhece isso, como nós podemos votar qualquer coisa? Será que a primeira coisa que esta Casa deveria ter feito não seria um levantamento?

(Não identificado) - O tempo, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, estão me interrompendo. Deixe-me terminar pelo menos.

O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Ele não terminou. Ele merece mais 1 minuto.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Não quero 1 minuto. Que eu fale menos, mas eu quero terminar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Obrigado, Sr. Presidente.

Então, será que nossa Comissão não deve adiar essa votação, usar as sessões para pegar números confiáveis e, a partir daí, decidir uma política? Isso não é mais racional do que fazer uma votação como esta?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Muito obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Por isso, votamos a favor do requerimento de adiamento de votação, de autoria do Deputado Arnaldo Jordy.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Para encaminhar contra, com a palavra o Deputado Ronaldo Fonseca, por 5 minutos.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - A palavra está assegurada ao Deputado Ronaldo Fonseca.



O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA - Sr. Presidente, eu quero, primeiro, parabenizar o Presidente desta Casa que, em respeito a esta Comissão, ainda não começou a Ordem do Dia.

Peço aos Srs. e às Sras. Deputadas que votemos contrário a esse requerimento de adiamento de votação. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Agradeço a V.Exa.

Vou solicitar que abra o painel de votação, por favor.

Os Deputados aceitam que seja votação simbólica? (*Pausa.*) O.k.

Há pedido de verificação por parte do Deputado Glauber Braga.

Painel aberto, por favor.

Para orientar, com a palavra a Deputada Maria do Rosário.

(Não identificado) - PSDB “não”.

(Não identificado) - PRB “não”.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente, os integrantes desta Comissão que votam pela redução da maioridade penal estão falsamente prometendo à sociedade brasileira que essa redução diminuirá os índices de violência e serão responsáveis por entregar aos presídios brasileiros jovens que serão condenados no sistema adulto não apenas por atos violentos gravíssimos, mas, como o Relator colocou, pelas questões referentes à droga.

Não percam de vista que 78%, segundo o CNJ, dos adolescentes que estão nas unidades de internação cumprem essas medidas por pequenos tráficos, e essa situação será agravada com a medida que V.Exas. estarão tomando nesta tarde.

Encaminho, portanto, o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Para encaminhar pelo PSB, Deputado Glauber Braga e, na sequência, Deputada Eliziane Gama, pelo PPS.

Depois vou encerrar a votação.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, um ser humano...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, vou pedir só que garanta o meu direito de falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - A palavra está assegurada ao Deputado Glauber.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, por favor. Eu não vou gritar para exercer o direito da minha palavra. Peço que o meu tempo possa ser recomposto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Deputado, o tempo de V.Exa. está correndo.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Um ser humano, Sr. Presidente, que não tem emoção é um ser humano doente. Agora, um Estado que só se dirige pela emoção também é um Estado doente.

Se aqui, nesta Casa, a gente tivesse tido a possibilidade, depois de um grande escândalo de corrupção, de colocar para a sociedade brasileira fazer avaliação e verificar se o papel do Parlamento era válido e se ele tinha que estar aberto ou não, como disse o Deputado Alessandro Molon, muito possivelmente a maioria da população brasileira diria que não.

Eu quero concluir, porque eu tive o meu tempo interrompido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, por favor, vou concluir. Garanta o meu direito de conclusão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Estou garantindo. O tempo de V.Exa. está passando.

(Não identificado) - Sr. Presidente, garantir o tempo do Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - O tempo de V.Exa. está correndo. V.Exa. tem mais 20 segundos.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, eu espero, inclusive, que a racionalidade possa ser o que prevaleça, como não está prevalecendo aqui em relação aos meus colegas Parlamentares, porque eu não tive aqui a oportunidade, em momento algum, de fazer com que eles não tivessem a oportunidade de se manifestar. Eles querem ganhar a votação? Eles têm maioria para isso. (*Manifestação no plenário.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Para encerrar, Deputado.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Eles têm maioria para isso. (*Manifestação no plenário.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Está encerrada a votação.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Mas tem que ter respeito pelo conjunto dos Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Com a palavra a Deputada Eliziane Gama, por 1minuto.

E, na sequência, está encerrada a votação.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, o PPS encaminha, acima de tudo, pela garantia de uma prerrogativa deste Parlamento, que é o debate.

Estamos aqui fazendo um debate acerca de uma decisão que pode, ao invés do que alguns estão pregando aqui, aumentar os indicadores de violência no Brasil. O que nós precisamos, acima de tudo, é garantir a educação, a inclusão social, que são prioridades absolutas, como estão previstas na Constituição Federal e também no ECA.

O PPS defende o debate. O PPS defende ouvir especificamente as instituições, os movimentos que têm informações apuradas, informações aprofundadas, que possam nos abalizar e nos dar muitos mais elementos para uma votação consciente.

Portanto, o PPS é a favor do maior debate e do adiamento da votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Está encerrada a votação.
(Pausa.)

Resultado da votação: “não”, 20; “sim”, 7; abstenção, 0.

Está rejeitado o requerimento de adiamento de votação por quatro sessões.
(Manifestação no plenário.)

Eu vou pedir silêncio, por favor, para que possamos adiantar o trabalho.

Sobre a mesa requerimento com o seguinte teor:

Sr. Presidente,

Requeiro a V.Exa. votação pelo processo nominal.

Requerimento de autoria de um Deputado que eu não estou conseguindo identificar aqui, mas defiro de ofício.

Vamos passar à votação do parecer do Relator.

Declaro encerrado o prazo para apresentação de requerimentos de destaque e informo que foi apresentado à Mesa um destaque. Informo que, depois que nós



votarmos o mérito do relatório, nós iremos votar, na sequência, o destaque de autoria do Deputado Weverton Rocha.

Em votação o parecer do Relator, ressalvados os destaques.

Para encaminhar a votação.

Deputado Arnaldo Jordy, V.Exa. já fez o encaminhamento.

Com a palavra a Deputada Jandira Feghali, por 3 minutos.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - O meu tempo, em geral, é de 4 minutos, Sr. Presidente. Mas, tudo bem.

Sr. Presidente, é preciso compreender que todo debate, principalmente em temas complexos como esse, tem a sensação de ser muito acalorado, mas ele, no mínimo, tem que permitir a ausculta dos diversos argumentos. Eu considero que aqui não tenho nenhuma expectativa mais de mudar votos nesta Comissão, até pelos resultados repetidos.

Mas, com todo o respeito que eu mereço e que eu devo também a esta Comissão, é importante, pelo menos, que os partidos declararem suas posições de forma clara. Nós não temos membros nesta Comissão, então a Liderança se vê na obrigação de opinar e declarar o seu posicionamento.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, é importante dizer que eu vi quanto tempo durou o debate do ECA nesta Casa. Foram muitos anos. E o que parece é que o Estatuto da Criança e do Adolescente só é lembrado na hora da discussão da punição. Ele não é lembrado no campo dos direitos, não é? E deveria ser uma exigência dos Parlamentares desta Casa que o ECA fosse cumprido na sua inteireza.

Em segundo lugar, eu tenho 28 anos de mandato. E, durante esses 28 anos, eu ouvi críticas agudas e contundentes ao sistema penitenciário brasileiro. Um sistema falido, que não ressocializa, com superpopulação, que precisa ter penas alternativas e tirar gente da cadeia, tem um déficit de 300 mil vagas, há o crime organizado dentro das cadeias. Isso eu ouvi durante 28 anos, nem por isso, nós achamos que ali não é o lugar adequado de colocar mais gente, principalmente gente em formação e que tem a possibilidade de retornar para a sociedade brasileira.



Em terceiro lugar, gostaria de expressar minha solidariedade a todas as famílias que tiveram vítimas de adultos ou de adolescentes. Essa solidariedade aqui não falta a ninguém. Ser contra a redução da maioridade penal não significa ser a favor da impunidade ou desprezar o sentimento e a dor das famílias brasileiras. No entanto, é bom que a gente diga que esses jovens são muito mais vítimas do que autores, e são vítimas de arma de fogo da polícia, ou não. Mas são vítimas muito mais do que autores.

Aqui, a posição do PCdoB é muito clara. Não há nenhuma sustentação de argumento que jogue jovens nos presídios, porque não serão ressocializados e sairão de lá piores, sem nenhuma redução, ao contrário, com aumento do índice de violência. Segundo, os jovens são vítimas. Terceiro, há uma repercussão legal dessa decisão, não só nas barras dos tribunais, pela inconstitucionalidade, como também pela repercussão em outras leis que vão atingir não apenas os negros, pobres da periferia, mas os filhos da classe média, que terão impacto na legislação que trata da redução da maioridade penal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Deputada, só para poder justificar, quero dizer que foi um equívoco da minha parte. A Deputada Jandira Feghali, como Líder, tem 4 minutos. Se eu dei 3 minutos, mas ela tem mais 1 minuto para concluir.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - A gente não observa que muitos aqui devem ter filhos adolescentes, como eu tenho, e não entendem que em porteira que passa um boi passa uma boiada.

Essa alteração vai implicar outras leis, que vão atingir os filhos de todos nós, na compra de bebida alcoólica, no estímulo à exploração e à prostituição, na direção de moto e carro, e várias outras leis que serão impactadas por essas decisões. A classe média que defende a redução da maioridade entende que isso não tem nada a ver com ela, mas tem muito a ver com ela.

E, por último, opinião pública é feita pela mídia. Nós sabemos o que a mídia é capaz de fazer no Brasil, e nós não podemos nos pautar pela mídia. Temos que nos pautar pela consciência e pelo compromisso com o povo brasileiro.

Por isso, o PCdoB é contra a redução da maioridade.

Obrigada.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Para encaminhar a favor do parecer do Deputado Laerte Bessa, Relator da PEC 171 nesta Comissão Especial, concedo a palavra ao Deputado Efraim Filho, por 5 minutos.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Sr. Presidente, eu queria só uma informação. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Pois não.

A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA - Eu soube que a Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão teria enviado uma documentação a esta Comissão. Eu queria saber de V.Exa. se ela chegou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Não, não chegou.

Com a palavra o Deputado Efraim Filho, por até 5 minutos.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Partimos para a fase de encaminhamento e votação, Sr. Presidente. E o encaminhamento é favorável ao parecer do Relator, porque redução da maioridade penal significa dar responsabilidade a quem tem capacidade de assumi-la diante dos seus atos. Essa é a realidade da maioridade penal.

Tentam jogar aqui diversos conceitos que flutuam em torno desse tema, mas não vão diretamente ao que interessa. Maioridade penal é dar responsabilidade a quem tem capacidade de assumir os seus atos.

A lei atual é arcaica, é obsoleta, da época do Código Penal, de 1940. Naquela época, o menor de 18 anos era tido como incapaz de discernir entre o certo e o errado, o bem e o mal, o lícito e o ilícito.

Essa não é mais a realidade hoje. Essa lei precisa ser aperfeiçoada. O menor de 18 anos tem, sim, essa capacidade. Transformaram-se as condições sociais, as condições econômicas, e o acesso à informação chegou para essa nova geração.

Hoje, com 16 anos, um jovem pode votar e eleger um Presidente, pode casar e constituir uma família, pode abrir uma empresa e gerir o seu próprio negócio. E dizer que esse jovem não pode responder pelos seus crimes é negar essa realidade, Sr. Presidente.

A lei hoje deveria, sim, proteger o direito dos jovens, mas ela tem servido muito mais para proteger os seus crimes, para proteger essas falhas, tanto que, quando o menor é abordado pela polícia, ele é o primeiro a levantar as mãos e dizer:



"Tire as mãos de mim que eu sou de menor. Eu sou protegido pela lei". Essa blindagem tem transmitido para a sociedade uma mensagem de impunidade, e essa mensagem de impunidade é tão nociva quanto o próprio crime cometido.

Nesse sentido, queremos aperfeiçoar a legislação, Sr. Presidente. É necessário desmistificar alguns mitos aqui. O primeiro deles é dizer que quem é a favor da redução da maioridade penal é contra escolas, é contra a educação. De forma nenhuma! Posso perguntar aqui a qualquer Parlamentar. Todos nós somos a favor de melhores oportunidades.

Eu fui o autor da emenda que colocou no Estatuto da Juventude a meta do ensino integral para a nossa juventude. Até hoje o Governo não a cumpriu. É muito fácil fazer discurso. Quando houve a votação dos 10% do PIB para a educação, o Governo foi contra. E agora diz que precisa investir mais!

A UNE e a UBES, que estavam conosco naquele momento, a favor dos 10% para a educação, sabem muito bem isso. O Governo posicionou-se contrário aos 10% do PIB para a educação, de imediato, e agora vem fazer discurso.

A Pátria Educadora corta o FIES dos estudantes. É essa a realidade. Em relação ao Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego, que começou lá atrás, o PT teve a coragem de acabar, aniquilar, exterminar, e reclama que a juventude não tem oportunidade.

Outro mito, Sr. Presidente, é o argumento de que nós que defendemos a redução da maioridade penal acreditamos que isso vá dar fim e cabo à violência. Não saiu da boca de nenhum Parlamentar que está aqui a favor da redução maioridade penal que ela sozinha resolverá o problema da violência. Não!

A redução da maioridade penal vem para combater a impunidade na delinquência juvenil. Ela é um elemento de um todo, de várias ações estratégicas que precisam ser tomadas. Passa pelo fechamento das fronteiras, passa pela melhora do sistema carcerário, passa pela maior efetividade da Justiça Criminal, passa por uma série de ações que têm que andar em conjunto, e nós estamos tratando de uma delas. Quem é contra a redução quer alargar isso para todos, Sr. Presidente.

Somos todos a favor, sim, de boas condições no sistema carcerário. Agora, para preso ter direito a um bom colchão, antes as nossas creches têm de ter esse



direito garantido; para preso ter direito a terapia, a esporte e a lazer, antes o lar dos idosos tem de ter esse direito garantido. Então, entre as prioridades, para mim, vêm primeiro essas questões sociais do que essa outra questão, Sr. Presidente.

E, para concluir, quero falar sobre o tema que foi levantado aqui, Relator, da constitucionalidade no seu parecer. Não existe constitucionalidade! Esse é um argumento falso levantado pelo Deputado Alessandro Molon. Existe, no Direito Civil, a emancipação para efeitos civis. No Direito Penal, como V.Exa. está colocando — e não tenham medo os Líderes —, um argumento importante que levantaram de última hora é que vai ser possível beber, se prostituir, dirigir aos 16 anos. Não, porque a redução da maioridade penal...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Não! É mentira! E eu vou dizer por quê.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Eu solicito...

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Deixe-me falar, Sr. Presidente, porque é importante, pois estão querendo dizer isso aí.

Sabem por que é mentira? Porque a emenda do Deputado Laerte Bessa não está reduzindo a maioridade para todos os casos, ela está permitindo a emancipação para efeitos penais apenas em alguns casos.

Então, Sr. Presidente, se a Justiça falha, se a sociedade falha, se a escola falha, ninguém pode ter licença para matar. O Governo não pode oferecer a impunidade para aqueles que cometem crimes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Como V.Exa. encaminha, Deputado?

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - O encaminhamento é a favor do relatório do Deputado Laerte Bessa, em defesa da vida. Há muitas vozes para defender bandido e poucas para defender a sociedade, e é isso o que estamos fazendo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Muito obrigado, Deputado. Agradeço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, com base no art. 192, § 1º.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Qual é a questão de ordem, Deputado?

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Art. 192, § 1º. No encaminhamento, são dois contrários e dois a favor, eu gostaria de me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Eu indefiro a questão de ordem de V.Exa. Se V.Exa. quiser, recorra para o Plenário.

Para falar contra o parecer, concedo a palavra à Deputada Margarida Salomão, por 5 minutos.

Deputada, o tempo de V.Exa. está em andamento.

A SRA. DEPUTADA MARGARIDA SALOMÃO - Muito obrigada, Sr. Presidente.

Em defesa da sociedade, eu encaminho contra, por três razões. Em primeiro lugar, essa medida é inadequada para o que ela se propõe. Ela não garante combater a violência, não garante diminuir a criminalidade e não efetiva a redução da impunidade, já que punição hoje já é prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Também encaminho contra porque votar essa medida é, no nosso entendimento, uma regressão institucional por afrontar de forma tão flagrante o Estatuto da Criança e do Adolescente, uma conquista da sociedade. Afrontá-lo num País com imensa dívida social, especialmente frente aos mais frágeis, aos mais pobres, aos portadores de menos direitos.

E, finalmente, eu encaminho contra porque nós queremos uma construção consensuada, que, de fato, atenda às preocupações expressas neste Parlamento com relação à violência cometida por jovens adolescentes.

Nós entendemos que, através de uma modificação do ECA, alguma coisa que nós construirmos com a participação de todos os partidos, independentemente de fronteiras que separam o Governo da Oposição, em benefício do Estado brasileiro, em benefício da sociedade brasileira, nós precisamos desse tempo para construir alguma coisa que não seja uma emenda constitucional, mas que alcance os objetivos que todos nós, de fato, buscamos encontrar.

Muito obrigada, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Agradeço à Deputada Margarida Salomão.

Em votação o parecer do Relator.

As Sras. e os Srs. Deputadas que aprovam o parecer do Relator permaneçam como se encontram; os contrários queiram se manifestar. (Pausa.)

Votação nominal?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS NETO - Sr. Presidente, peço a palavra como Líder!

(**Não identificado**) - Votação nominal, Sr. Presidente!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO DOMINGOS NETO - Como Líder, por favor! Pelo tempo de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Votação nominal?

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, só para orientar.

(**Não identificado**) - PSDB “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Votação nominal.

Está aberto o painel.

Para orientar, com a palavra o Deputado Alessandro Molon, pelo PT.

O painel para votação está aberto.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS NETO - O tempo de Liderança tem precedência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Pela Liderança do PROS, com a palavra o Deputado Domingos Neto, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS NETO - Mas faço questão que seja feito com o painel aberto para não haver obstrução da votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Deputado, já iniciei a votação.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS NETO - Sr. Presidente, nós temos aqui um momento importante para este País. Aqui está falando um Deputado que foi Presidente da Frente Parlamentar da Juventude, e conseguimos articular a aprovação do Estatuto da Juventude nesta Casa, onde brigamos muito para



conseguir dar ao protagonismo juvenil frente e importância nesta Casa, do jovem de 16 a 29 anos.

Portanto, Sr. Presidente, nós não podemos assistir ao que se coloca nesta Casa, um discurso muitas vezes demagógico de que teremos aqui a solução de todos os problemas. É verdade que não é a solução de todos os problemas, mas é também um grande passo.

Nós precisamos também nos posicionar, Sr. Presidente, esta Casa que tem 8% ou 9% de aprovação na sociedade, contra matérias em que temos quase 90% da população a favor. É, mais uma vez, um momento em que nós rasgamos o papel de democracia.

Portanto, Sr. Presidente, neste caso, em que há redução apenas para os crimes hediondos, nós temos a oportunidade de dar à polícia e aos agentes de segurança a possibilidade de serem mais respeitados pela juventude. Nós não estamos falando de jovens que não sabem o que estão fazendo. Nós estamos falando de jovens que nós mesmos defendemos no Estatuto da Juventude e que possam ter protagonismo na sociedade.

É nesse sentido, Sr. Presidente, que o PROS fez campanha na televisão, para saber a posição da opinião pública, a fim de formar a sua própria opinião. Mais de 90% dos filiados do PROS defenderam a redução da maioridade penal. Portanto, o nosso encaminhamento é “sim”. Parabenizo o trabalho do Relator, Deputado Laerte Bessa.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Para orientar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Para orientar, concedo a palavra ao Deputado Glauber Braga. Depois, falará o Deputado Alessandro Molon.

Em seguida, vou encerrar a votação.

(Não identificado) - Sr. Presidente, o PRB orienta o voto “sim.”

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero dizer a V.Exa. que, mais uma vez, o Regimento foi rompido. Quero dizer a V.Exa. com todo respeito — e tenho certeza de que V.Exa. vai ter isso como elogio — que, além de ser um grande aliado do Presidente Eduardo Cunha, V.Exa. tem demonstrado também um bom aluno do Presidente Eduardo Cunha, na forma de interpretar o Regimento e na forma de conduzir as matérias da Casa.



(Não identificado) - O PSD e o Brasil votam “sim”.

(Não identificado) - Isso é elogio, Sr. Presidente?

(Não identificado) - Vamos encerrar a votação, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Nós votamos “não” a essa matéria, e a truculência não vai nos impedir de manifestar a nossa posição.

(Não identificado) - Vamos encerrar, Sr. Presidente. (*Manifestação no plenário.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Eu quero aqui comunicar às Sras. e aos Srs. Deputados que nós temos ainda um destaque a ser apreciado, de autoria do Deputado Weverton Rocha. Depois do destaque, obviamente, nós temos que proceder à votação da ata.

Eu peço aos Srs. Parlamentares compreensão e que permaneçam na Comissão, do contrário não encerraremos os trabalhos se não votarmos o destaque do Deputado Weverton Rocha.

Quero dizer ao Deputado Glauber Braga, com todo o respeito e admiração que tenho por S.Exa., e aos demais Deputados que não prevaleceu a vontade do Presidente Eduardo Cunha na Comissão, como disseram alguns aqui. Nesta Comissão vai prevalecer, acima de tudo, a vontade do povo brasileiro. (*Palmas.*) Aqui o Deputado Eduardo Cunha é Presidente da Casa, mas o Presidente da Comissão é o Deputado Andre Moura. Conduzi os trabalhos de acordo com o Regimento da Casa. E digo isso com todo respeito que tenho por V.Exa.

Ao me comparar com o Deputado Eduardo Cunha, V.Exa. me fez um elogio. Agradeço a V.Exa. pelo elogio.

Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação: “sim”, 21; não, 6, abstenção, 0.

Eu darei o destaque. (*Manifestação no plenário.*)

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - (*Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - V.Exa. já orientou demais.

Eu quero pedir às Sras. e aos Srs. Deputados que retomem seus lugares, por favor, para que possamos votar o destaque de autoria do Deputado Weverton Rocha.

Vou fazer a leitura do destaque do Deputado Weverton Rocha.



Sobre a mesa requerimento de destaque do Deputado Weverton Rocha, com o seguinte teor:

Sr. Presidente,

Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 161 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque de bancada para votação em separado.

O art. 227, da Constituição Federal, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 227.....

§ 9º: O Estado instituirá políticas públicas e manterá programas destinados ao atendimento socioeducativo e a reassocialização dos adolescentes em conflito com a Lei, com a destinação de recursos específicos para tal finalidade, vedado o contingenciamento das dotações consignadas nas leis orçamentárias anuais."

Concedo a palavra ao Relator Deputado Laerte Bessa. V.Exa. acolhe ou não o destaque do Deputado Weverton Rocha?

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, o Deputado Weverton Rocha apresentou aqui um destaque que acredito ser muito importante para o País, porque ele visa dar estrutura para o sistema socioeducativo. Nós não podemos só trabalhar...

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Tem vício de origem.

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Deputado Aluisio Mendes, vou passar a palavra para V.Exa. colocar o seu posicionamento, por 30 segundos. Mas me ouça, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Qual é o Deputado?

O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - É o Deputado Aluisio Mendes.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Acredito, Relator, que há vício de origem, pois cria despesa para a União, sem ter separação de Poderes. Acho que inviabiliza o seu relatório se aprovarmos essa emenda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Muito obrigado, Deputado Aluisio Mendes.



O SR. DEPUTADO LAERTE BESSA - Não. Acho que não inviabiliza, não. Acho que ela é importante para o sistema socioeducativo. Se hoje nós estamos ajustando um defeito que havia em nossa Constituição, acho muito importante que nós possamos investir também no Estatuto da Criança e do Adolescente, porque o sistema socioeducativo, infelizmente, está abandonado.

Por isso, eu sou a favor desse destaque e o acolho na sua integralidade. Parabenizo o Deputado Weverton Rocha por esse posicionamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Em votação o destaque de autoria do Deputado Weverton Rocha.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que aprovam o parecer permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o parecer por maioria.

Quero parabenizar o Deputado Weverton Rocha pelo destaque. (*Palmas.*)

Para poder encerrar, peço a compreensão dos Deputados.

Vamos colocar a ata em votação.

Encontra-se à disposição das Sras. e dos Srs. Deputados cópia da ata da 9^a e 10^a Reuniões. Pergunto se há necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, peço a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Andre Moura) - Dispensada a leitura da ata a pedido do Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Não havendo discordância, fica dispensada a leitura.

Em discussão a ata. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Parabéns! Aprovada a redução da maioridade penal nesta Comissão. (*Palmas.*)

Está encerrada a presente reunião.